

Demonstrações Financeiras

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - RI

DESTAQUES:

DESEMPENHO 2021 x 2020:

- **Receita operacional líquida** de R\$ 2.753,3 milhões, representando aumento de **23,0%**;
- **Vendas comparáveis nos mesmos restaurantes** de **+6,0%** para BKB e de **+15,3** para Popeyes;
- **Receita dos canais digitais (Delivery, Totem e App)** cresce **84%**, bate recorde histórico e alcança **32%** das vendas da Companhia;
- **Iniciativas de revenue management** e oportunidades encontradas em suprimentos permitiram uma eficiente gestão da margem bruta;
- **Vendas através de canais digitais atingem 52,8%** das vendas totais de Popeyes no ano de 2021;
- **Programa de fidelidade atinge 3,7 milhões de usuários em 9 meses**, e já representa **10%** das vendas totais, com significativo aumento de ticket médio e frequência;
- **EBITDA ajustado** de R\$ 241,5 milhões, aumento de R\$ 259,0 milhões vs 2020; **Mg. EBITDA ajustada** de 8,8%, vs Mg. EBITDA ajustada de -0,8% em 2020;
- **Total de 893 restaurantes Burger King e 52 restaurantes Popeyes** ao final de 2021, com abertura líquida de 40 lojas;
- **Após 3 anos de existência no Brasil, mesmo com todos os impactos da pandemia, Popeyes foi eleita a 3 marca favorita de QSR na cidade de São Paulo.**

DESTAQUES FINANCEIROS - R\$ MILHÕES (CONSOLIDADO)

	2021	2020	VAR.
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.753,3	2.238,1	23,0%
EBITDA AJUSTADO	241,5	(17,5)	1480,0%
% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8,8%	-0,8%	960bps
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(273,8)	(445,6)	-38,6%
DÍVIDA BRUTA	790,3	830,8	-4,9%
DÍVIDA LÍQUIDA	339,5	10,0	3295,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.572,7	1.838,5	-14,5%

DESTAQUES OPERACIONAIS

	2021	2020	VAR.
# TOTAL DE RESTAURANTES	945	905	40
RESTAURANTES PRÓPRIOS			
# RESTAURANTES PRÓPRIOS INÍCIO DO PERÍODO	703	714	(11)
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES BURGER KING®	26	17	9
FECHAMENTOS RESTAURANTES BURGER KING®	-	(30)	30
AQUISIÇÕES / REPASSES DE RESTAURANTES BURGER KING®	(1)	(1)	-
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES POPEYES®	8	3	5
# RESTAURANTES PRÓPRIOS FIM DO PERÍODO	736	703	33
RESTAURANTES FRANQUEADOS			
# RESTAURANTES FRANQUEADOS INÍCIO DO PERÍODO	202	198	4
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES BURGER KING®	9	7	2
FECHAMENTOS RESTAURANTES BURGER KING®	(3)	(4)	1
AQUISIÇÕES / REPASSES DE RESTAURANTES BURGER KING®	1	1	-
# RESTAURANTES FRANQUEADOS FIM DO PERÍODO	209	202	7
CRESCIMENTO DE VENDAS COMPARÁVEIS MESMOS RESTAURANTES BKB	6,0%	-12,9%	1890bps

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi, mais uma vez, um grande período de aprendizado e evolução para a nossa Cia. Enquanto acompanhávamos o Brasil e o mundo se movimentando na direção de um maior controle da pandemia, em nosso negócio, tivemos que nos adaptar diariamente para que pudéssemos, também, encontrar rotas alternativas que nos permitissem buscar resultados melhores sob circunstâncias tão complexas para a nossa indústria. Essa foi a dinâmica do nosso ano, um trabalho incessante para que tomássemos as melhores decisões, todos os dias.

Depois de um começo de ano desafiador e com severas restrições, no segundo semestre já em um cenário mais próximo de uma realidade pré-pandemia, conseguimos mostrar mais uma vez, a força do nosso time, o potencial das nossas marcas e a resiliência do nosso negócio. Todos os nossos investimentos em tecnologia, mostraram que nosso negócio é capaz de incorporar frentes digitais voltadas para experiência, eficiência e vendas, e, ainda assim, nossas lojas físicas continuarão sendo o core da nossa atividade. Essa sinergia ficou muito evidente à medida que observamos o tráfego em nossas lojas gradualmente recuperando, enquanto os canais digitais seguiram sua forte trajetória de crescimento, o que tem nos permitido ser mais eficientes em várias frentes da nossa operação. Seguimos encontrando novos investimentos, crescendo restaurantes em um mercado ainda sub penetrado, adaptando formatos para estarem mais alinhados com as demandas dos nossos consumidores e com frentes importantes de redução de custos nessas aberturas. Esse foi um período que nos levou a pensar sob diferentes ângulos. Um exemplo disso foi a abertura da nossa primeira loja sem atendentes, com 100% das transações sendo feitas por canais digitais. Nosso programa de fidelidade, marco importante da nossa transformação digital, atingiu números expressivos depois de tão pouco tempo e nos mostrou que a escalabilidade do uso da tecnologia poderá catalisar nossos retornos ao longo do tempo. Em Popeyes, conseguimos construir uma marca, em um mercado que representa uma avenida de crescimento alternativo, que já foi eleita a 3ª marca favorita de fast food na cidade de São Paulo. Sendo que desde a sua criação, no fim de 2018, foram 2 anos imersos em restrições impostas pela pandemia. Naturalmente, uma linha de negócio que, alinhada com as nossas expectativas, requer um investimento durante os primeiros anos, mas que na maturidade, enxergamos potencial muito parecido ao que temos em BK em termos de rentabilidade e retornos.

O ano de 2021 também foi um ano que conseguimos importantes avanços em dois dos nossos principais atributos: a qualidade dos nossos icônicos produtos e a experiência dos nossos clientes. Após um longo período de desenvolvimento e seguindo importantes tendências globais de consumo, conseguimos chegar a quase 90% do menu Burger King livre de conservantes/corantes artificiais. Lançamos recentemente uma campanha que ressalta este avanço e o diferencial de comida de “verdade”.

A experiência em nossos restaurantes, assim como em 2020, continuou progredindo através de treinamento, controle e bastante tecnologia. Reduzir a fricção em cada passo da jornada dos nossos consumidores, passou a estar no centro de nossas ações e projetos. E o resultado está mostrando que estamos no caminho certo, pois hoje temos níveis de Net Promoter Score significativamente maiores que nossos principais concorrentes, tanto nos canais digitais, quanto em nossos restaurantes.

No decorrer desse ano também fizemos o lançamento dos nossos compromissos de ASG até o ano de 2030. Através dos 3 pilares que priorizamos, nossa comida, nossa pegada e nossa gente, estabelecemos 16 compromissos que mostram nosso importante papel na transformação da sociedade e na construção de um mundo cada vez melhor.

Todos esses importantes avanços que compartilhamos, nos dão orgulho da forma como fechamos o nosso ano, mas, mais do que isso, nos dá a confiança de que estamos no caminho certo e preparados para entrarmos em 2022 com toda a nossa força, encantando nossos clientes, com os melhores produtos, um forte plano de expansão, eficiência e muita tecnologia.

Um imenso obrigado a todo o nosso time, que foi incansável ao longo dos últimos 2 anos para que tudo isso pudesse acontecer e aos nossos investidores, franqueados e parceiros comerciais que tanto suportaram e acreditaram no potencial da nossa empresa e do nosso negócio.

Forte abraço e excelente 2022!

Management team

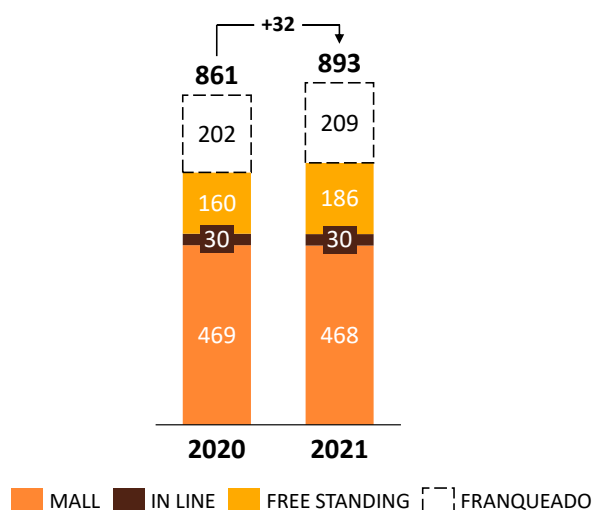
DESEMPENHO OPERACIONAL

Rede de restaurantes

Ao longo do 2021, a Companhia realizou a abertura líquida de 40 lojas, sendo 26 BK's próprios, 9 BK's franqueados e 8 Popeyes.

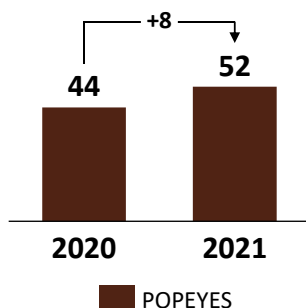
Sistema BURGER KING®

Foram abertas 35 lojas da marca Burger King (26 lojas próprias e 9 franquias), sendo todas no formato Free Standing. Durante o ano, ocorreram 3 fechamentos e 3 repasses da marca. Assim, o sistema BURGER KING® finalizou o ano com 893 restaurantes em operação no país.



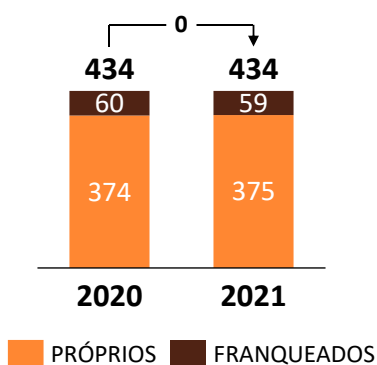
Sistema POPEYES®

O sistema POPEYES® realizou 8 aberturas durante o período, encerrando o ano com 52 unidades, sendo todas elas próprias e localizadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.



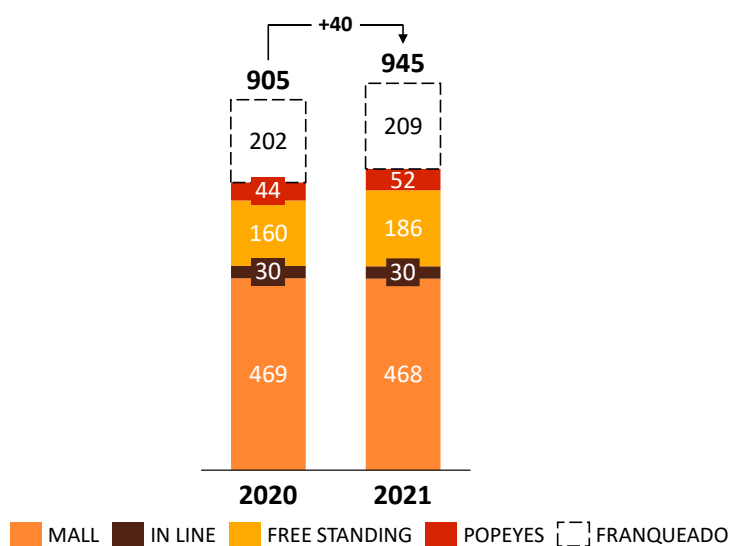
Rede de dessert centers BURGER KING®

Adicionalmente aos 893 restaurantes, o sistema BURGER KING® finalizou o ano com 434 dessert centers, com nenhum encerramento realizado quando comparado à 2020.



Rede de restaurantes total

Com isso, a Companhia encerrou o ano com um total de 945 restaurantes, dos quais 736 próprios das marcas BURGER KING® e POPEYES® e 209 de franquados da marca BURGER KING®.

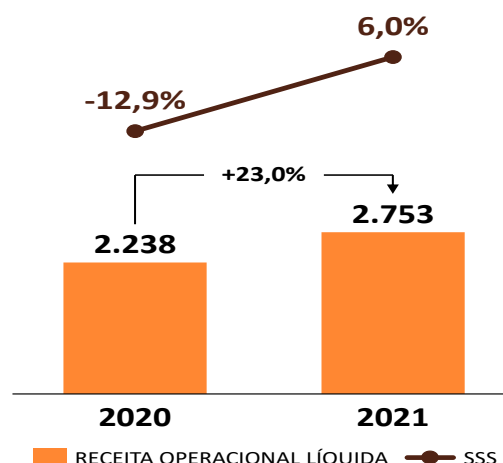


DESEMPENHO FINANCEIRO

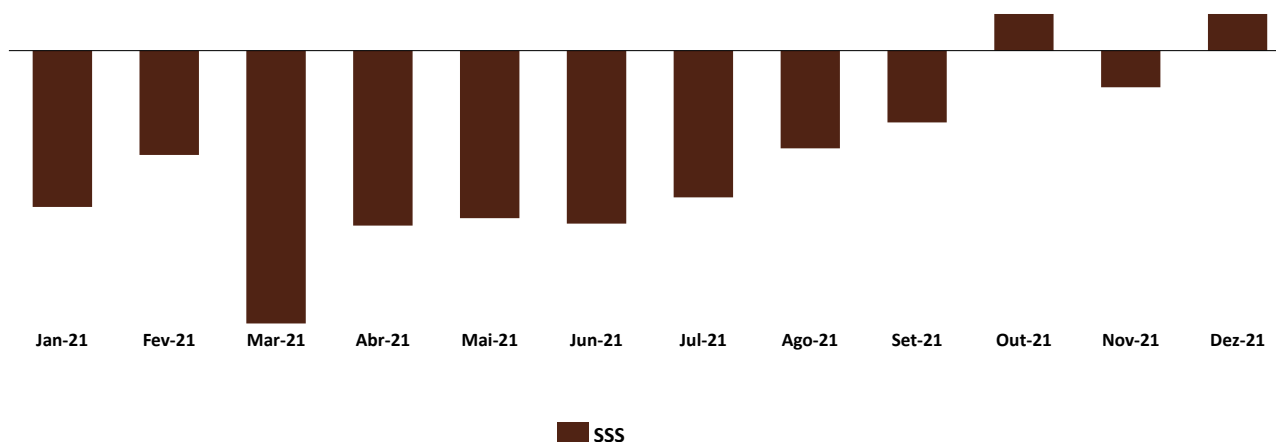
Receita operacional líquida

Em 2021, a receita operacional líquida da Companhia atingiu R\$ 2.753,3 milhões, crescimento de 23,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Com o avanço da vacinação e a melhora nos indicadores de mobilidade urbana, as vendas da Companhia apresentaram forte recuperação no decorrer desse exercício, encerrando o ano acima dos níveis de 2019 no conceito de mesmas lojas. Esta melhora está relacionada, principalmente, à gradual volta do fluxo nos shoppings, onde concentramos grande parte dos nossos restaurantes, e a crescente representatividade dos canais digitais que têm continuado a crescer, mesmo com a recuperação do consumo on premise. As vendas digitais representadas pelo delivery, totem e aplicativo, mais uma vez tiveram papel importante na recuperação e foram responsáveis por 32% das vendas da Companhia, um crescimento de 84% versus o mesmo período do ano anterior.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MM)
CRESCIMENTO DE VENDAS NOS
MESMOS RESTAURANTES (%)



SSS vs. 2019 (Burger King)



Em Popeyes, seguimos construindo uma marca que vem nos surpreendendo positivamente em termos de awareness, com fortes níveis de NPS e a qualidade do nosso produto. Vale mencionar que, em apenas 3 anos de operação, sendo dois deles em meio a uma pandemia, a marca Popeyes foi eleita a terceira marca preferida pelos consumidores no mercado de QSR no Brasil. Dessa forma, mesmo com as restrições para os shoppings – que concentram 100% das operações de Popeyes – a Companhia apresentou SSS positivo de 23,2%, quanto comparado

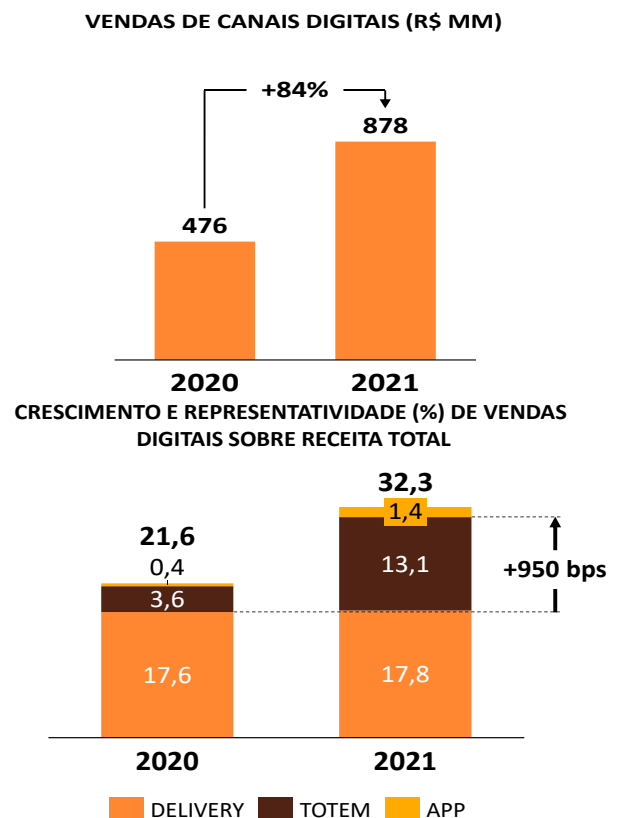
ao mesmo período de 2020. Assim como em BK, tecnologia tem representado um papel fundamental em Popeyes, uma marca que já nasceu digital e contou, em 2021, com 52,8% de suas vendas passando por esses canais. Esses resultados nos dão muita confiança para executar nosso forte plano de expansão no mercado de frango, no decorrer dos próximos anos.

Digitalização de Vendas

As vendas digitais, representadas pelo delivery, totem e app (mobile), apresentaram um novo recorde no ano totalizando R\$878,4 milhões, alta de 84% se comparadas à 2020, o que representou 32% da receita da Companhia versus 21,6% em 2020. As vendas digitais apresentaram crescimento em todos os canais, destacando-se as vendas via mobile, que tiveram crescimento de 250% quando comparadas à 2020.

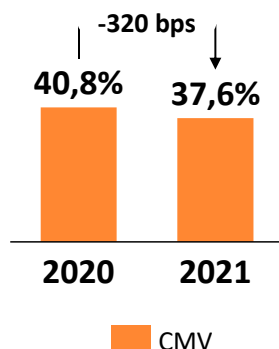
O delivery continua mostrando sua resiliência e crescendo, em meio a retomada do consumo on premise. A expansão da cobertura, para novas cidades ajudou a aumentar penetração e consequentemente, volume. Neste ano, 18% das vendas totais da Companhia foram representadas por esse canal. Durante o ano de 2021, mantivemos nosso foco em buscar soluções de crescimento para nossa plataforma própria, aumentando nossa área de cobertura e tendo uma melhor eficiência. Terminamos o ano com cerca de 69% de nossas operações cobertas pela nossa solução de delivery híbrido ou 1P. Os resultados dessa solução de last mile nos mostram níveis consistentes de experiência do cliente e portanto, uma boa oportunidade para coletarmos dados e sermos mais rentáveis.

Os totens de autoatendimento foram destaque durante o ano, com ganho de 9,5 p.p de representatividade sobre as vendas totais da Companhia. Este canal continua apresentando significativo crescimento e altos níveis de NPS, quando comparado à experiência de compra no balcão. Essa é uma das principais alavancas para a Cia nos próximos anos, pois está muito alinhada com a nossa estratégia de digitalização, o que tem garantido uma experiência melhor e mais eficiente. No final do ano, inauguramos nossa primeira operação sem atendentes nos caixas e estamos avaliando o potencial dessa iniciativa a medida que entendemos os desdobramentos operacionais.



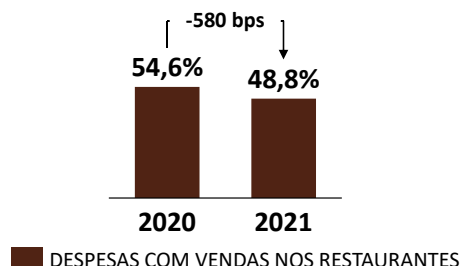
Custo da mercadoria vendida e despesas com vendas

% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA



O custo da mercadoria vendida atingiu 37,6% da receita em 2021, redução de 320 bps versus 2020. Conforme temos compartilhado, ao longo dos últimos anos fizemos importantes investimentos em iniciativas que nos ajudaram a conhecer melhor nossos clientes e, dessa forma, vender mais, com melhores margens. A estabilidade do segundo semestre mostra que essas iniciativas, aliadas a um importante trabalho de revenue management, começam a mostrar seus resultados. Em paralelo a essas importantes frentes, temos feito um forte trabalho com a cadeia de suprimentos, o que nos permitiu, durante esse ano, capturar ganhos importantes para o resultado.

% DE RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA



As despesas com vendas, excluindo depreciação e amortização representaram 48,8% da receita em 2021, uma queda de 580 bps quando comparado à 2020, atingindo R\$ 1.344,1 milhões ao final do ano. Conforme temos dito, a digitalização da experiência terá papel importante para termos mais eficientes no nível do restaurante, com maiores vendas e menores custos operacionais. Neste ano, tivemos impactos relevantes na nossa estrutura de custos, por exemplo, nos contratos de ocupação e nas despesas de delivery, mas mantivemos nossa disciplina para termos um bom controle em despesas

discricionárias.

Despesas gerais e administrativas totais

As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e amortização, atingiram 6,2% da receita líquida no ano, queda de 90 bps quando comparada à 2020, fruto do crescimento de vendas. Nossa Cia tem feito diversos investimentos, sobretudo nas frentes de tecnologia e no momento que tivermos níveis de tráfego mais próximos da normalidade, veremos importante alavancagem nessa linha de despesas.

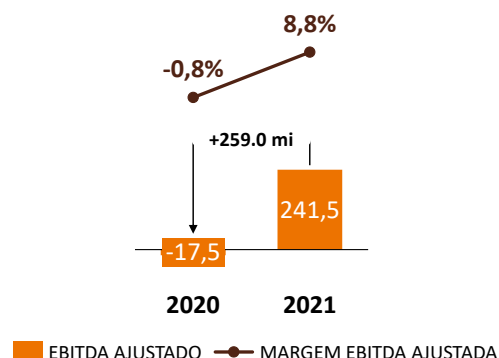
% DE RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA



EBITDA Ajustado

EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADA (R\$ mm e %)

Em 2021, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 241,5 milhões, aumento de R\$ 259,0 milhões quando comparado à 2020. Este resultado é decorrente da recuperação de vendas, disciplina no controle das nossas despesas e estratégia de digitalização.

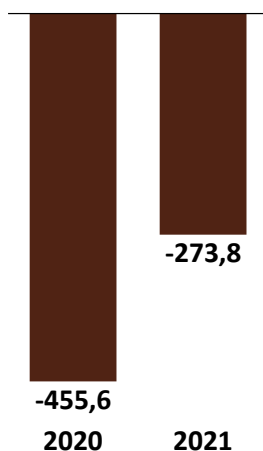


EBITDA - R\$ MILHÕES

	2021	2020	VAR %
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(273,8)	(445,5)	-38,5%
(+) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	98,0	44,3	121,2%
(+) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	376,5	332,1	13,4%
(+/-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3,2	14,2	-77,5%
EBITDA	203,8	(55,1)	-469,9%
<i>MARGEM EBITDA</i>	<i>7,4%</i>	<i>-2,5%</i>	<i>990bps</i>
(+) OUTRAS DESPESAS	13,8	21,7	-36,4%
(+) CUSTOS COM PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES	8,3	9,8	-15,3%
(+) DESPESAS COM AQUISIÇÃO E INCORPORAÇÃO	7,4	0,2	0,0%
(+) DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	8,2	5,9	39,0%
EBITDA AJUSTADO	241,5	(17,5)	1480,0%
<i>MARGEM EBITDA AJUSTADA</i>	<i>8,8%</i>	<i>-0,8%</i>	<i>960bps</i>

Lucro (Prejuízo) líquido

No ano de 2021 a Companhia registrou um prejuízo de R\$273,8 milhões. Fruto de todas as restrições enfrentadas no decorrer do primeiro semestre, mas com um cenário de resultado com uma dinâmica diferente no decorrer do segundo semestre.



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que até 31 de dezembro de 2021, o auditor independente (ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. (EY)), além dos serviços de auditoria externa, foi contratado para o serviço de asseguração referente a associação da Companhia com a DP Brasil no valor equivalente a 27,6% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras.

A Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Diretoria

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações do fluxo de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	67
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	68

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

• Análise de recuperabilidade do ágio (*goodwill*)

Em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa 10, o saldo de ágio (*goodwill*), gerado em combinações de negócios ocorridas até então, totalizava R\$572.199 mil, na Controladora e no Consolidado, representando 14,8% do total do ativo, naquela data. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela Administração. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela Administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições de mercado e econômicas esperadas, principalmente quanto ao crescimento de vendas e dos custos, taxas de desconto e risco país.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desse ativo, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela Administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela Administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do ativo da Companhia. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos. Avaliamos as variações das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas, bem como analisamos os dados de empresas comparáveis.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela Administração da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil do ágio e dos ativos da unidade geradora de caixa e avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 10 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

• **Análise de recuperabilidade do imobilizado**

Conforme nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2021, o saldo do imobilizado, líquido, totalizava R\$1.225.502 mil, na Controladora e no Consolidado, representando 31,8% do total do ativo. A Companhia avalia, periodicamente, o valor recuperável do imobilizado alocado aos restaurantes, com base em estimativas a geração de caixa futura de cada restaurante, para tomada de decisão de reconhecimento de provisão ou não, e, conseqüentemente para decisão sobre continuidade ou não para os restaurantes que não estão apresentando performance conforme esperado e estimado. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado de cada restaurante, estimativa para a qual foram utilizadas premissas subjetivas pela Administração, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições de mercado e econômicas esperadas, principalmente quanto ao crescimento de vendas e dos custos, avaliações de desempenho por restaurantes e taxas de desconto.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desses ativos, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela Administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela Administração, a avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do imobilizado da Companhia. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, os controles e procedimentos executados pela Administração para avaliação de desempenho individual de cada restaurante e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas, bem como analisamos os dados de empresas comparáveis.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela Administração da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado de cada restaurante, com o valor contábil do imobilizado e avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 9 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do imobilizado, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imobilizado, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

• **Valor recuperável dos tributos diferidos ativos**

Conforme descrito na nota explicativa 26, a Companhia possui o montante de R\$256.271 mil, na Controladora e no Consolidado, correspondente a créditos tributários diferidos provenientes de diferenças temporárias, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado internamente pela administração, sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A elaboração de tal estudo requer julgamento significativo na determinação da projeção dos lucros tributáveis futuros.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do potencial impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer sobre o valor dos créditos tributários registrados às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente. Analisamos e avaliamos as premissas e metodologia usadas pela Administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, das diferenças temporárias passivas, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos, bem como comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos tributos diferidos ativos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos tributos diferidos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 26, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.

• **Operações de arrendamento mercantil**

Conforme descrito na nota explicativa 3, a Companhia e suas controladas adotaram o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada como método de transição. Esse pronunciamento estabelece alterações à prática contábil para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, representadas substancialmente por aluguel de imóveis administrativos e operacionais (restaurantes), e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo em suas demonstrações financeiras. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento, referente aos pagamentos mínimos futuros e um ativo representando o direito de uso do bem, durante o prazo do arrendamento e também devem reconhecer separadamente as despesas com encargos financeiros sobre o passivo de arrendamento, e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Em 31 de dezembro de 2021, conforme notas explicativas 3 e 10, os saldos referentes ao ativo de direito de uso e ao passivo de arrendamento totalizavam R\$836.407 mil e R\$918.467 mil,

respectivamente, representando 21,7% do total do ativo e 40,2% do total do passivo circulante e não circulante, respectivamente. Adicionalmente, no exercício findo nessa mesma data, os valores de amortização de ativo de direito de uso e de despesa financeira, líquidas de impostos indiretos, foram R\$150.644 mil e R\$80.156 mil, respectivamente, e o valor pago de passivo de arrendamento foi de R\$191.819 mil.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido: i) a magnitude dos valores envolvidos; e ii) a avaliação envolver julgamentos significativos na determinação das premissas e estimativas utilizadas para determinar o ativo de direito de uso e passivo de arrendamento mercantil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis de reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil da Companhia; (ii) inspeção e análise dos contratos de arrendamento mercantil, em base amostral, quanto a adequação à referida norma; (iii) teste, com base em amostras, dos valores mensurados do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil, ambos registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos; (iv) teste, com base em amostras, dos valores de amortização do ativo de direito de uso; e (v) análise da taxa de juros incremental calculada pela Companhia.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria referente ao reconhecimento de despesa de aluguel fora de sua competência, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento dos arrendamentos mercantis da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

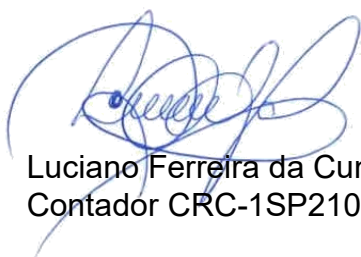
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Luciano Ferreira da Cunha
Contador CRC-1SP210861/O-2

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

**POPEYES****Balanco Patrimonial**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativo					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	111.589	219.669	111.590	219.670
Títulos e valores mobiliários	5	339.192	575.818	339.218	575.843
Títulos e valores mobiliários vinculados	5	-	25.306	-	25.306
Contas a receber de clientes, líquido	6	139.267	107.188	139.267	107.188
Estoques	7	142.767	125.612	142.767	125.612
Impostos a recuperar	8	44.053	37.116	44.053	37.116
Pagamentos antecipados		4.525	3.695	4.525	3.695
Demais contas a receber		32.279	24.669	32.279	24.669
Total do ativo circulante		813.672	1.119.073	813.699	1.119.099
Ativo não circulante					
Impostos a recuperar	8	135.289	97.233	135.289	97.233
Depósito judicial	16	41.171	38.000	41.171	38.000
Demais contas a receber		19.992	9.548	19.992	9.548
Imobilizado, líquido	9	1.225.502	1.195.664	1.225.502	1.195.664
Intangível, líquido	10	1.577.755	1.473.211	1.577.755	1.473.211
Total do ativo não circulante		2.999.709	2.813.656	2.999.709	2.813.656
Total do ativo		3.813.381	3.932.729	3.813.408	3.932.755
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	153.535	53.612	153.535	53.612
Fornecedores	12	247.917	217.616	247.917	217.616
Passivos de arrendamento – CP	3	160.105	126.941	160.105	126.941
Salários e encargos sociais		106.648	86.147	106.648	86.147
Obrigações corporativas	17	22.122	15.824	22.122	15.824
Obrigações tributárias	13	30.743	31.561	30.743	31.561
Resultado diferido, líquido	14	13.805	11.857	13.805	11.857
Demais contas a pagar	15	26.448	20.947	26.475	20.973
Total do passivo circulante		761.323	564.505	761.350	564.531
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	636.735	777.164	636.735	777.164
Provisão para demandas judiciais	16	25.422	23.163	25.422	23.163
Obrigações tributárias	13	6.445	10.780	6.445	10.780
Resultado diferido, líquido (LP)	14	5.874	14.764	5.874	14.764
Passivos de arrendamento – LP	3	758.362	664.390	758.362	664.390
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	29.112	22.643	29.112	22.643
Demais contas a pagar	15	17.388	16.861	17.388	16.861
Total do passivo não circulante		1.479.338	1.529.765	1.479.338	1.529.765
Patrimônio líquido					
Capital social	18	1.461.068	1.461.068	1.461.068	1.461.068
Reserva de capital e plano de opção de ações		720.526	712.271	720.526	712.271
Ações em Tesouraria		(24.214)	(24.214)	(24.214)	(24.214)
Outros Resultados Abrangentes	28	147	300	147	300
Prejuízo Acumulado		(584.807)	(310.966)	(584.807)	(310.966)
Total do patrimônio líquido		1.572.720	1.838.459	1.572.720	1.838.459
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.813.381	3.932.729	3.813.408	3.932.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

**POPEYES****Demonstrações do Resultado**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	20	2.753.287	2.238.127	2.753.287	2.238.127
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos	21	(1.034.605)	(913.957)	(1.034.605)	(913.957)
Lucro bruto		1.718.682	1.324.170	1.718.682	1.324.170
Despesas operacionais					
Com lojas	22	(1.693.769)	(1.531.876)	(1.693.769)	(1.531.876)
Gerais e administrativas	23	(197.330)	(179.204)	(197.549)	(179.459)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos		(172.417)	(386.910)	(172.636)	(387.165)
Despesas financeiras	24	(141.561)	(114.675)	(141.561)	(114.675)
Receitas financeiras	25	43.380	70.169	43.599	70.424
Resultado financeiro, líquido		(98.181)	(44.506)	(97.962)	(44.251)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(270.598)	(431.416)	(270.598)	(431.416)
Imposto de renda e contribuição social	26	(3.243)	(14.191)	(3.243)	(14.191)
Resultado líquido do exercício		(273.841)	(445.607)	(273.841)	(445.607)
Resultado básico por ação	19	(0,9989)	(1,9161)	(0,9989)	(1,9161)
Resultado diluído por ação	19	(0,9989)	(1,9161)	(0,9989)	(1,9161)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

**POPEYES****Demonstrações do resultado abrangente**

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Resultado Líquido do Exercício	(273.841)	(445.607)
Outros Resultados Abrangentes	(153)	283
Total	(273.994)	(445.324)

Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

**POPEYES****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Descrição	Notas	Capital social	Reservas de capital			Recompra de ações	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucro (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva de capital (ágio na emissão de ações)	Custo de emissão de ações	Plano de opção de ações					
Saldos em 31 de dezembro 2019		950.768	786.459	(75.665)	14.623	(24.214)	134.641	17	-	1.786.629
Integralização de capital		510.300	-	-	-	-	-	-	-	510.300
Gastos com emissões de ações		-	-	(22.970)	-	-	-	-	-	(22.970)
Plano de opção de ações	30	-	-	-	9.824	-	-	-	-	9.824
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	-	-	-	-	283	-	283
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(445.607)	(445.607)
Absorção de reservas de lucros com Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(134.641)	-	134.641	-
Saldos em 31 de dezembro 2020		1.461.068	786.459	(98.635)	24.447	(24.214)	-	300	(310.966)	1.838.459
Gastos com emissões de ações		-	-	(29)	-	-	-	-	-	(29)
Plano de opção de ações	30	-	-	-	8.284	-	-	-	-	8.284
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	-	-	-	-	(153)	-	(153)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(273.841)	(273.841)
Saldos em 31 de dezembro 2021		1.461.068	786.459	(98.664)	32.731	(24.214)	-	147	(584.807)	1.572.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

**POPEYES****Demonstrações do fluxo de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(270.598)	(431.416)	(270.598)	(431.416)
Depreciação e amortização do imobilizado e intangível (Notas 9,10, 22 e 23)	225.836	210.090	225.836	210.090
Amortização de arrendamentos (Nota 3)	150.644	121.992	150.644	121.992
Provisões de bônus	23.489	19.418	23.489	19.418
Juros, encargos, variação cambial, variação monetária e AVP sobre passivos de arrendamentos	105.775	52.220	105.775	52.220
Provisão para demandas judiciais (Nota 16)	22.872	25.464	22.872	25.464
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível (Notas 9 e 10)	9.251	27.779	9.251	27.779
Provisão para perda de estoque (Nota 21)	1.701	-	1.701	-
PDD e baixa de ativos não financeiros (Nota 6)	19.190	-	19.190	-
Custo com plano de ações (Notas 23 e 30)	8.284	9.824	8.284	9.824
Provisão (reversão) para <i>Impairment</i> (Notas 9 e 23)	4.861	(2.246)	4.861	(2.246)
	301.305	33.125	301.305	33.125
Variações em contas de ativos e passivos				
Contas a receber de clientes, líquidos	(51.269)	(46.827)	(51.269)	(46.827)
Estoques	(18.856)	(26.571)	(18.856)	(26.571)
Impostos a recuperar	(44.993)	(33.671)	(44.993)	(33.671)
Pagamentos antecipados	(830)	42.420	(830)	42.420
Demais contas a receber	(21.225)	(9.109)	(21.225)	(9.109)
Fornecedores	30.301	(68.816)	30.301	(68.816)
Salários e encargos sociais	(2.988)	(29.908)	(2.988)	(29.908)
Obrigações corporativas	6.298	(7.936)	6.298	(7.936)
Obrigações tributárias	(1.927)	4.586	(1.927)	4.586
Resultado diferido, líquido	(6.942)	(446)	(6.942)	(446)
Pagamentos de Demandas judiciais (Nota 16)	(20.613)	(18.576)	(20.613)	(18.576)
Demais contas a pagar	31	16.008	32	15.972
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	(49.719)	(26.536)	(49.719)	(26.536)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	118.573	(172.257)	118.574	(172.293)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado (Nota 9)	(238.840)	(237.641)	(238.840)	(237.641)
Aquisição de ativo intangível (Nota 10)	(31.391)	(42.237)	(31.391)	(42.237)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(510.389)	(1.130.823)	(510.390)	(1.130.787)
Resgate de títulos de valores mobiliários	787.161	820.835	787.161	820.835
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	6.541	(589.866)	6.540	(589.830)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Capital integralizado no exercício	-	510.300	-	510.300
Juros sobre Capital próprio pago	-	(10.054)	-	(10.054)
Custos de emissão	(29)	(22.970)	(29)	(22.970)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	420.000	-	420.000
Custos sobre captação de empréstimos	-	(1.153)	-	(1.153)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(41.346)	(123.235)	(41.346)	(123.235)
Pagamentos de passivos de arrendamentos (Nota 3)	(191.819)	(116.372)	(191.819)	(116.372)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(233.194)	656.516	(233.194)	656.516
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(108.080)	(105.607)	(108.080)	(105.607)
Saldo do caixa e equivalentes de caixa:				
No fim do exercício (Nota 4)	111.589	219.669	111.590	219.670
No início do exercício (Nota 4)	219.669	325.276	219.670	325.277
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(108.080)	(105.607)	(108.080)	(105.607)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

**POPEYES****Demonstrações do valor adicionado**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas	3.017.874	2.491.280	3.017.874	2.491.280
Venda bruta de mercadorias e serviços	3.008.347	2.462.425	3.008.347	2.462.425
Descontos e cancelamentos	(4.260)	(646)	(4.260)	(646)
Outras receitas	13.787	29.501	13.787	29.501
Insumos adquiridos de terceiros	(1.880.853)	(1.675.198)	(1.881.072)	(1.675.453)
Custo com mercadorias e serviços	(1.034.605)	(913.957)	(1.034.605)	(913.957)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas	(831.357)	(734.764)	(831.357)	(734.764)
Perda na realização de ativos	(14.112)	(25.533)	(14.112)	(25.533)
Outros custos	(779)	(944)	(998)	(1.199)
Valor adicionado bruto	1.137.021	816.082	1.136.802	815.827
Retenções	(376.480)	(332.082)	(376.480)	(332.082)
Depreciações e amortizações	(376.480)	(332.082)	(376.480)	(332.082)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	760.541	484.000	760.322	483.745
Valor adicionado recebido em transferência	44.821	71.289	45.040	71.544
Receitas financeiras	44.821	71.289	45.040	71.544
Valor adicionado total a distribuir	805.362	555.289	805.362	555.289
Distribuição do valor adicionado	805.362	555.289	805.362	555.289
Despesas com pessoal	525.638	514.929	525.638	514.929
Remuneração direta e benefícios	492.607	489.262	492.607	489.262
FGTS	33.031	25.667	33.031	25.667
Impostos, taxas e contribuições	345.123	311.708	345.123	311.708
Federais	256.093	224.017	256.093	224.017
Estaduais	74.923	71.937	74.923	71.937
Municipais	14.107	15.754	14.107	15.754
Remuneração de capitais de terceiros	208.442	174.259	208.442	174.259
Despesas financeiras	140.811	114.133	140.811	114.133
Aluguéis	67.631	60.126	67.631	60.126
Remuneração de capital próprio	(273.841)	(445.607)	(273.841)	(445.607)
Prejuízo do exercício	(273.841)	(445.607)	(273.841)	(445.607)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. (“BKB” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Tocantins, 350 - Alphaville - Barueri – SP, tendo como objetivo social: (i) o desenvolvimento e a exploração de restaurantes com as marcas “Burger King” e “Popeyes” no Brasil; (ii) a prestação de serviços de assessoria e suporte aos restaurantes que operem com o sistema “Burger King” no Brasil; (iii) o comércio, importação e exportação de produtos relacionados às atividades acima referidas; e (iv) a participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades acima, no Brasil, como sócia, quotista ou acionista.

a) Operação Burger King

O direito à exploração de restaurantes com a marca Burger King® foi obtido mediante contrato “Master Franchise” firmado com a Burger King Corporation (“BKC”) em 9 de julho de 2011. Os direitos de exploração da marca possuem duração de 20 anos, podendo ser renovados por igual período, caso haja interesse das partes (Nota 17).

A Companhia obtém de Restaurant Brands International (RBI), detentora da marca Burger King, o franqueamento pelo prazo de 20 anos contados a partir da data de inauguração de cada loja. Na abertura de cada loja é paga em parcela única o valor que vai de US\$5 mil à US\$45 mil a título de *Franchise Fee* a depender do modelo de loja. São pagos também *Royalties* de 5% sobre o faturamento líquido mensal das lojas, além da obrigação também em 5% sobre as vendas líquidas com Fundo de *Marketing*.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia possuía respectivamente, 684 e 659 lojas próprias conforme abaixo:

	2021	2020
Estado de Alagoas	4	4
Estado da Bahia	14	13
Estado do Ceará	14	14
Distrito Federal	10	10
Estado do Espírito Santo	13	12
Estado de Goiás	22	22
Estado do Maranhão	5	5
Estado de Mato Grosso	5	5
Estado de Mato Grosso do Sul	4	4
Estado de Minas Gerais	51	48
Estado do Pará	7	7
Estado da Paraíba	5	5
Estado de Pernambuco	17	15
Estado do Piauí	2	2
Estado do Paraná	43	40
Estado do Rio de Janeiro	99	96
Estado do Rio Grande do Norte	3	3
Estado do Rio Grande do Sul	39	38
Estado de Santa Catarina	4	4
Estado de Sergipe	6	6
Estado de São Paulo	317	306
Total de Lojas	684	659

1. Contexto operacional--Continuação

b) Operação Popeyes

O direito à exploração de restaurantes com a marca “Popeyes” foi obtido mediante contrato “Master Franchise” firmado com a Popeyes Louisiana Kitchen (PLK) em 20 de março de 2018. Com a assinatura dos contratos, o BKB passou a ter o direito exclusivo de desenvolver e operar restaurantes, por meio de operação própria ou de franqueados, com a marca POPEYES® no Brasil durante um período de 20 anos, podendo ser renovados por igual período, caso haja interesse das partes.

A Companhia obtém da RBI, detentora da marca Popeyes, o franqueamento pelo prazo de 20 anos contados a partir da data de inauguração de cada loja. Na abertura de cada loja é paga em parcela única o valor de US\$40 mil a título de *Franchise Fee*. As obrigações com *Royalties* e Fundo de *Marketing* possuem patamares similares aos aplicáveis à marca BURGER KING® no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 52 lojas próprias (44 lojas próprias em 31 de dezembro de 2020), sendo 45 lojas no estado de São Paulo (44 lojas em 31 de dezembro de 2020) e 7 lojas no estado do Rio de Janeiro.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo seu Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2020.

Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios e a Administração efetua periodicamente uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades.

2. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo (Nota 29).

O CPC 22/NBC TG 22 (R2)/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando seu único segmento operacional, o qual é referente à venda de alimentos e bebidas em restaurantes operados pela Companhia.

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos à sazonalidade que comumente afeta a indústria de varejo. As vendas geralmente são melhores em períodos de férias escolares (janeiro, julho e dezembro) e, principalmente para as lojas localizadas em shoppings centers, nas semanas que antecedem datas comemorativas como dia das mães (maio), dia dos namorados (junho), dia dos pais (agosto), dia das crianças (outubro), *halloween* (outubro), *black friday* (novembro) e natal (dezembro). Dessa forma, cada trimestre tem seu efeito sazonal no resultado da Companhia.

Efeitos da pandemia ocasionada pelo COVID-19

No OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP 01/2022, editado pela CVM no dia 1 de fevereiro de 2022, não foram reproduzidas as orientações de anos anteriores, porém foram reforçadas as validades de determinados documentos emitidos anteriormente. Portanto o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, editado pela CVM no dia 10 de março de 2020, continua válido e discorre sobre potenciais efeitos que a pandemia ocasionada pelo Corona vírus (COVID-19) possa acarretar nos negócios das Companhias e seus respectivos reflexos em demonstrações financeiras. Ainda, menciona a importância das Companhias e seus Auditores Independentes avaliarem minuciosamente os potenciais impactos da COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais estão expostas.

Ressaltamos que, a Administração tem acompanhado de perto a evolução dos impactos causados globalmente pela pandemia, bem como as medidas adotadas pelos governos até o momento para auxiliar a manutenção de empregos e retomada da economia. No entanto, ainda existem incertezas quanto a novas medidas, o que dificulta a previsibilidade de novos impactos diretos e/ou indiretos que poderão ser causados pela pandemia. Ademais, os efeitos encontrados nesta divulgação podem distorcer a sazonalidade histórica da Companhia, e prejudicar a comparabilidade das informações.

No primeiro trimestre de 2021 diante do agravamento da pandemia, estados decidiram por retroceder a fases de controles mais restritivas para combater a evolução da Covid-19. Essa decisão fez com que diversos restaurantes ficassem fechados, ou com vendas limitadas a horários reduzidos de funcionamento, gerando impacto direto nas operações da Companhia. Ao longo do segundo trimestre e com o progresso da curva de vacinação, as medidas das fases restritivas retrocederam e os restaurantes puderam reabrir ou expandir seus horários de funcionamento. A evolução benéfica do combate a pandemia existente fez com que as operações dos restaurantes retomassem suas atividades em seus horários completos no segundo semestre de 2021.

2. Políticas contábeis--Continuação

Efeitos da pandemia ocasionada pelo COVID-19 -- Continuação

Considerando as atuais informações e os dados disponíveis para esta divulgação, a respeito dos impactos ocasionados pela perduração da pandemia da COVID-19 em nossas atividades, a Companhia registrou ao longo deste exercício a perda dos itens perecíveis sem expectativa de utilização, devido aos seus vencimentos, bem como a renegociação de valores dos custos de ocupação (Nota 3). Não obstante, a Companhia tem monitorado periodicamente sua projeção de resultado e a geração de caixa com o intuito também de cumprir com as cláusulas restritivas existentes de alavancagem financeira (Dívida Líquida/ *Ebitda* Ajustado) e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia renegociou junto aos seus credores e obteve *waiver* para que não houvesse a medição (Nota 11.3).

Com base nas informações atualmente disponíveis não foram identificados efeitos adversos relevantes nas operações da Companhia que coloquem em dúvida a continuidade e que possam impactar de forma significativa, as estimativas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em virtude da crise gerada pela COVID-19 e de seus impactos nos negócios da Companhia, o BKB continua monitorando de forma zelosa qualquer informação acerca desse assunto e avaliando a necessidade de divulgação de novo fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas relacionadas aos riscos reportados em seu Formulário de Referência, de forma a esclarecer seus acionistas e o mercado acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

Estimativas

O OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º01/2022 traz temas sensíveis para o exercício social de 2021 que requeiram julgamento profissional e recomenda a elucidação dos problemas, os objetivos a serem atingidos, consideração e avaliação de alternativas e escolhas disponíveis para assim chegar a uma conclusão. Não obstante discorre sobre a validade de orientações das áreas técnicas da CVM contidas em ofícios circulares referentes a anos anteriores e Companhia entende que o que é devido e necessário relacionado a estes itens, está refletido neste documento.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da BKB e do fundo de investimento exclusivo XPA- BK (Nota 5).

O fundo de investimento é integralmente consolidado a partir da data de sua constituição. As demonstrações financeiras do fundo de investimento foram elaboradas para o mesmo exercício da Companhia, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupal, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio (*Goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real.

2.4. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional (o Real), usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços de gerenciamento e assessoria a franqueados somente é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços e quando os benefícios forem transferidos aos franqueados, mediante aplicação de percentuais sobre as vendas mensais.

Receita de aplicações financeiras

A receita sobre as aplicações financeiras e equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investimento. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração de resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço (em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi utilizado 34%).

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.

Imposto indiretos (PIS, COFINS, ICMS)

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- (i) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- (ii) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- (iii) Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

As políticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo, assim como seus impactos nas demonstrações financeiras:

Classificação de Ativos Financeiros

O CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que contém três principais categorias de classificação: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 (IAS 39) de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda.

Esta alteração não gerou quaisquer impactos retrospectivos na mensuração de ativos financeiros da Companhia. Prospectivamente para os instrumentos patrimoniais mensurados ao VJORA, quando de sua liquidação ou transferência, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes não mais afetam o resultado, sendo imediatamente reclassificado para a rubrica de lucros ou prejuízos acumulados, no patrimônio líquido.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

Contabilidade de *Hedge*

A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC48/NBC TG 48/IFRS 9 em relação a contabilidade de *hedge*. Estes requerimentos exigem que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia, tornam a avaliação de efetividade uma abordagem mais qualitativa e prospectiva e proíbem a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*.

A Companhia possui instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa, e passou a reconhecer as mudanças no valor justo referente a marcação de mercado de *hedge*, em outros resultados abrangentes. Quando ocorre a liquidação do instrumento, estes custos de *hedge* são reclassificados ao resultado.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos financeiros

O CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas esperadas”. Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Para as aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, a Companhia não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dados os ratings elevados de suas contrapartes.

A carteira de recebíveis de clientes é submetida ao teste de valor recuperável de acordo com a norma e em conformidade com a política interna, a qual é moldada na probabilidade de realização, perda efetiva e prediz a provisão para créditos de liquidação duvidosa. O resultado desta análise no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 culminou na identificação de valores pendentes em aberto nas contas a receber, os quais foram registrados no resultado da Companhia devido à baixa expectativa de seu recebimento (Nota 6).

2.8. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia utilizou instrumentos financeiros derivativos, como contratos *swaps* de taxa de juros e *Non-Deliverable Forward* (NDF) para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, na rubrica de despesa ou receita financeira.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A Companhia capitaliza custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de ativos elegíveis para fins de uso.

Adicionalmente, a Companhia capitaliza os custos internos relacionados aos profissionais integralmente dedicados aos projetos de construção de restaurantes, e são alocados a cada novo restaurante aberto. Esses gastos começam a ser capitalizados quando o projeto para a construção do restaurante é provável, considerando a identificação da localização e de sua viabilidade.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos ativos, conforme informado na Nota 9.

2.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Marcas, direito de uso de imóveis, licenças e ativos de arrendamento

Uso da marca Burger King (*Franchise fee*) e da marca Popeyes (*Franchise fee*).

As marcas compreendem os direitos de uso de marca pagos a Burger King Corporation e a Popeyes Louisiana Kitchen, Inc. pela abertura de cada loja e em cada marca. O prazo de amortização é de 20 anos a partir da data da inauguração do restaurante.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Ativos intangíveis--Continuação

Marcas, direito de uso de imóveis, licenças e ativos de arrendamento--Continuação

Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A IFRS 16/CPC 06(R2)/NBC TG 06 (R3) segue o modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia reconhece como ativo (“ativo de direito de uso”) (Nota 10), os seus contratos referentes a locação de imóveis administrativos e operacionais (lojas). Os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 10 anos e a Companhia tem como política efetuar a renegociação se aplicável, pelo menos um ano antes do vencimento do contrato de arrendamento.

Direito de uso de imóveis (Cessão de direito de uso)

Os direitos de uso de imóveis correspondem aos locais onde estão inseridos e localizados os “pontos de vendas” ou lojas os quais são pagos aos locadores de tais espaços. As amortizações são calculadas de forma linear de acordo com o prazo do contrato firmado entre a locatária, a Companhia, e o locador, proprietário do imóvel.

Licenças de *softwares* (Direito de uso de *software*)

Correspondem às licenças adquiridas pela Companhia pelo o uso de softwares. As amortizações são calculadas de forma linear em um prazo médio de cinco anos e custos com manutenção são reconhecidos diretamente no resultado.

2.11. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os seguintes critérios são também aplicados para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*)

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito no mínimo anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem que pode existir perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social, quando houver indicativo de "*impairment*", mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível (Nota 10). Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, existiram reduções nos indicadores, porém não foi algo que mudou a avaliação da vida útil de indefinida para definida e após as análises, projeções e julgamentos efetuados pela Administração não foi identificada a necessidade de provisionamento algum.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação e/ou possui compromisso de recompra.

2.14. Títulos e valores mobiliários e Títulos e valores mobiliários vinculados

Os títulos e valores mobiliários são mensurados com base nos rendimentos e registrados no resultado quando incorridos, não apresentando diferenças significativas em relação ao seu valor justo. Dessa forma, não houve ajuste do valor justo em conta do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A participação no fundo de investimento exclusivo foi consolidada considerando a segregação dos investimentos que compõem o patrimônio do fundo (Notas 2.1 e 5).

2.15. Resultado diferido, líquido

A Companhia possui três tipos de reconhecimento de resultado diferido, líquido em suas contas patrimoniais, sendo:

(i) operações com fornecedores: os quais pagam valores a título de exclusividade de vendas de produtos e exposição de marca nas lojas, e por volume de compras, os quais são registrados como receitas diferidas, no passivo circulante e não circulante, e são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais no prazo de vigência, do contrato firmado com o fornecedor;

(ii) Receitas com franchise fee: conforme CPC 47/ NBC TG 47/IFRS15 – Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconhece tais benefícios de acordo com o prazo estipulado de permanência da marca junto ao franqueado, usualmente 20 anos; e

(iii) Programa de Fidelidade - Clube BK: o objetivo é a fidelização dos clientes da Companhia através da concessão de pontos mediante as compras que efetuam, para que possam acumulá-los e trocá-los pelas recompensas existentes no programa. A obrigação gerada pela emissão dos pontos é mensurada com base na adesão do cliente ao programa e no consumo dos produtos da marca, e só é cumprida quando a recompensa é resgatada de fato na loja pelo cliente, ou após perder validade (6 meses após a data de emissão). O reconhecimento da receita no resultado do período é apresentado líquido de seus respectivos custos variáveis diretos, quando superada a obrigação do desempenho mediante à disponibilização da recompensa ao participante, conforme CPC 47/ NBC TG 47/IFRS15 – Receita de Contrato com Cliente.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Fornecedores conveniados

A Companhia possui passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados, ou os fornecedores receberam antecipadamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia com instituições (Nota 12).

2.17. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/NBC TG 41 (R2)/IAS 33 - Resultado por Ação.

Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O resultado diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos *exercícios*, utilizando o preço médio ponderado das ações.

2.20. Estimativas e premissas contábeis significativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido e investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Estimativas e premissas contábeis significativas—Continuação

Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal, sem prazo de vencimento para sua utilização.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

2.21. Estimativas e premissas contábeis significativas

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.22. Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição para os empregados da Administração, fornecimento de refeição para os empregados dos restaurantes, assistência médica e odontológica, vale-transporte e remuneração variável.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22. Benefícios a empregados--Continuação

Participação nos resultados

O programa de participação de resultados é aprovado anualmente e é fundamentado em metas individuais e da Companhia como um todo. Decorrente da pandemia existente, o mercado em geral revisou ao longo do ano as metas, ajustando-as às novas circunstâncias de mercado. A Companhia, atuando nessa mesma dimensão, estabeleceu novas metas e várias ações que foram implementadas. Em 2021, essas metas foram atingidas pela Companhia e pelos colaboradores, portanto, o programa de participação dos resultados que foi provisionado para o exercício de 2021, será pago em exercício subsequente. O valor referente a provisão do programa de participação de resultado é registrado na rubrica de Salários e encargos sociais, no balanço patrimonial.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23. Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – ICPC 22/ITG 22/IFRIC 23

A Interpretação referente a Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro ICPC 22/ ITG 22/IFRIC 23 trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32/NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. Essa Interpretação não gerou impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.24 - Novas normas, alterações e interpretações de normas que vigoraram em 2021 e novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

2.24.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que vigoraram em 2021

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação CPC 06 (R2), ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Assim, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a pandemia concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. Assim, a contabilização está em linha com qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19.

Essa alteração entrou em vigor para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2021, e pretendia ter o prazo final para utilização até 30/06/2021, porém o CPC estendeu o período para utilização do expediente prático para até 30/06/2022, assim, a Companhia optou em fazer uso desse expediente não remensurando os contratos de arrendamento operacionais uma vez que, as renegociações efetuadas foram benefícios considerados relacionados a COVID-19, reconhecendo os benefícios no resultado do período (Notas 3 e 25).

2. Políticas contábeis--Continuação

2.24.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que vigoraram em 2021--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações forneceram exceções temporárias que endereçaram os efeitos das substituições da taxa de juros de referência permitindo substituir a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente.

As aplicabilidades das alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia e não existem impactos nessas demonstrações financeiras.

2.24.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

O IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigor somente em 1º de janeiro de 2023 com a adoção antecipada permitida, sendo eles:

- IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)): as alterações são úteis ao substituir o requerimento para a divulgação das normas contábeis significativas materiais e adicionando guias como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis;
- IAS 8 (norma correlata ao CPC 23): onde as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correções de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis;
- Alteração na norma correlata ao CPC 26: de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante, onde são: (i) Da o direito de postergar a liquidação (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório (iii) a classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação (iv) que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação; e
- Emissão de pronunciamento referente ao IFRS17 que substitui a IFRS4: O objetivo é o reflexo apropriado do impacto dos contratos de seguros na posição financeira ao longo do tempo. Para tal, a norma estabelece os princípios relativos ao reconhecimento, mensuração, apresentação e relato dos contratos.

Em análise aos novos pronunciamentos e normas ainda não vigentes, a Companhia efetuou os devidos estudos e julga que não existirão efeitos significativos em suas operações ou demonstrações financeiras.

3. Ativos arrendados - Efeitos do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia reconheceu como ativo (“ativo de direito de uso”) (Nota 10), os seus contratos referentes a locação de imóveis administrativos e operacionais (lojas). O que antes da norma era tratado como despesa de aluguel passou a ser registrado como amortização de “direitos de uso” e juros sobre as obrigações de alugueis, divulgadas como “Passivos de Arrendamento”. Consequentemente, o EBITDA e o resultado operacional foram afetados.

Os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 10 anos e a Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir, dentre outros e a Companhia tem como política efetuar a renegociação se aplicável, pelo menos um ano antes do vencimento do contrato de arrendamento.

Os fluxos reais excluindo inflação estimada dos próximos anos de pagamentos, foram estimados brutos de impostos e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Em conformidade com a referida norma contábil, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados.

Direito de uso de arrendamento mercantil	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial (Nota 10)	732.308	660.986
Adições e atualizações de arrendamentos reconhecidos no exercício (Nota 10) (i) e (ii)	265.980	205.224
Amortização de direito de uso (aluguel) (Nota 10) (ii)	(150.644)	(121.992)
Impostos incidentes sobre amortização de arrendamentos (Nota 10) (ii)	(11.237)	(11.910)
Saldo final (Nota 10)	836.407	732.308

Obrigações de arrendamento mercantil	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	791.331	693.209
Adições e atualizações de arrendamentos reconhecidos no exercício (i) e (ii)	392.809	298.930
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento (Notas 22 e 23) (ii)	(191.819)	(116.372)
Descontos obtidos sobre pagamentos de arrendamentos (Nota 25) (ii) e (iv)	(15.943)	(47.033)
Impostos incidentes sobre pagamentos de arrendamentos (ii)	(16.580)	(16.834)
Adições e atualizações de AVP reconhecidos no exercício (i) e (ii)	(126.829)	(93.706)
Despesa AVP de arrendamento mercantil incorrida (Nota 24) (ii)	80.156	68.213
Impostos incidentes sobre AVP de arrendamentos (ii)	5.342	4.924
Saldo final (Nota 27)	918.467	791.331

TOTAL	918.467	791.331
Circulante	160.105	126.941
Não circulante	758.362	664.390

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

**POPEYES****3. Ativos e passivos arrendados - Efeitos do CPC 06 (R2)/ NBC TG 06 (R3)/ IFRS16--
Continuação**

Os montantes de passivos de arrendamentos possuem os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Prazos de vencimento	Controladora e Consolidado					
	2021			2020		
	Passivos de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	Total	Passivos de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	Total
Até 1 ano	246.128	(86.023)	160.105	200.742	(73.801)	126.941
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	404.988	(127.588)	277.400	347.568	(111.005)	236.563
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	311.648	(74.777)	236.871	266.658	(67.147)	199.511
Mais de 5 anos	288.718	(44.627)	244.091	268.046	(39.730)	228.316
Total	1.251.482	(333.015)	918.467	1.083.014	(291.683)	791.331

Resultado de arrendamento mercantil	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Despesas com lojas - aluguel variável (iii)	(12.161)	(15.862)
Amortização de direito de uso (aluguel) (Notas 22 e 23) (ii)	(150.644)	(121.992)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP) (Nota 24) (ii)	(80.156)	(68.213)
Desconto arrendamentos – COVID 19 (Nota 25) (ii) e (iv)	15.943	47.053
Saldo final	(227.018)	(159.034)

- (i) As adições de novos contratos impactam especificamente as rubricas patrimoniais, sendo elas Ativo de Direito de Uso, Passivos de arrendamento e AVP de Passivos de arrendamento. Já as atualizações de índices financeiros devidos das Obrigações de Arrendamento Mercantil são registradas de acordo com cada contrato ocasionando impactos nas rubricas de AVP de Passivos de arrendamento e Ativo de Direito de Uso e estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado do exercício, apenas as rubricas patrimoniais.
- (ii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, os saldos apresentados em contas patrimoniais são brutos de impostos (Pis e Cofins) enquanto os saldos apresentados em contas de resultado são líquidos de impostos (Pis e Cofins).
- (iii) Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16 impactaram positivamente os registros contábeis na rubrica de despesas com ocupação em R\$191.819 em 31 de dezembro de 2021 (R\$116.372 em 31 de dezembro de 2020), líquido de impostos (Pis e Cofins), devido ao arrendamento operacional (aluguel fixo) não ser mais reconhecido nesta rubrica (Notas 22 e 23).
- (iv) Com base na Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº16 deliberada pela CVM em 07 de julho de 2020 e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº18 deliberada pela CVM em 21 de julho de 2021 que apresentaram alterações no CPC 06 (R2), referente a Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (e prorrogação), a Companhia optou em fazer uso do expediente prático não remensurando os contratos de arrendamento operacionais uma vez que as renegociações efetuadas foram benefícios considerados relacionados a COVID-19, reconhecendo tais benefícios no resultado do exercício (Nota 25).

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

**POPEYES****4. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	16.613	24.564	16.613	24.564
Bancos	5.206	2.965	5.207	2.966
Aplicações financeiras	89.770	192.140	89.770	192.140
Total caixa e equivalentes de caixa	111.589	219.669	111.590	219.670

Tipo de aplicação	Rentabilidade anual	Controladora e Consolidado	
		2021	2020
CDB	107% do CDI	65.511	110.690
Compromissada	de 55% a 80% do CDI	-	50.015
Aplicação automática	de 10% a 60% do CDI	24.259	31.435
Total de aplicações financeiras		89.770	192.140

Essas aplicações possuem liquidez imediata e a Companhia pode resgatá-las a qualquer momento sem mudança significativa no valor. Tais aplicações financeiras fazem jus a política interna da Companhia respeitando os limites entre instituições financeiras, *ratings* e critérios de liquidez.

5. Títulos e valores mobiliários

Tipo de aplicação	Rentabilidade anual	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fundo de investimento exclusivo - XPA BK (i)	de 100% a 126% do CDI ou IPCA	127.698	122.495	-	-
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT")	100% pre-fixada	-	-	45.484	44.244
Fundos de investimentos	IPCA	-	-	5.893	41.710
CDB	de 98% a 104% do CDI	179.745	453.323	179.745	453.323
Letras do Tesouro Nacional ("LTN")	de 100% a 126% do CDI ou IPCA	-	-	13.923	-
Aplicações em debêntures	de 100% a 116% do CDI	-	-	12.750	7.449
Letras Financeiras ("LF")	de 100% a 116% do CDI ou IPCA	-	-	49.674	29.117
Compromissadas	80% a 85% do CDI	31.749	25.306	31.749	25.306
Total de títulos e valores mobiliários		339.192	601.124	339.218	601.149
Circulante		339.192	601.124	339.218	601.149
Títulos e valores mobiliários		339.192	575.818	339.218	575.843
Títulos e valores mobiliários vinculados (ii)		-	25.306	-	25.306

(i) XPA BK Fundo de Investimento Multimercado Investimento no exterior - Fundo de investimento exclusivo, com participação da Companhia em 100% e criado em 29/12/2017. A carteira deste fundo, por tipo de aplicação está demonstrada nos saldos consolidados.

(ii) Operações compromissadas dadas em garantia aos empréstimos e financiamentos contratados em 2020 cuja as exigibilidades contratuais já foram superadas.

6. Contas a receber de clientes, líquido

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Operações de vendas	99.082	72.282
Operações de vendas – <i>Delivery</i>	38.356	27.070
Prestação de serviços com franqueados	3.975	5.536
Prestação de serviços com partes relacionadas	66	645
Provisão para devedores duvidosos (i)	(6.060)	(522)
Outros valores a receber	3.848	2.177
Total de contas a receber	139.267	107.188

(i) Provisão para perdas estimadas com a realização dos créditos (Nota 22).

Uma parte do fluxo financeiro de contas a receber com cartões de crédito e *vouchers* de refeição é dada em garantia nas transações de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 11).

A Companhia, considerando as atuais informações e os dados a respeito dos potenciais impactos da pandemia da COVID-19 em suas atividades até o momento, não identificou riscos significativos em seu contas a receber visto que grande parte do saldo existente é de administradoras de cartões, plataformas de *delivery* e seus franqueados.

À luz do CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e em conformidade com a política interna da Companhia que é moldada na probabilidade de realização, perda efetiva e prediz a provisão para créditos de liquidação duvidosa para títulos vencidos superiores a 365 dias, a Companhia reconheceu em seu resultado o montante de R\$6.060 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$522 no exercício de 2020). Os montantes de provisão para devedores duvidosos do exercício de 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e suas movimentações estão demonstrados a seguir:

<i>Aging list</i>	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Vencidos		
De 31 dias até 120 dias	(330)	-
De 121 dias até 240 dias	(59)	-
De 241 dias até 365 dias	(455)	(522)
Superior a 365 dias	(5.216)	-
Total de provisão para devedores duvidosos	(6.060)	(522)

Movimentação	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	(522)	-
Adições de perdas estimadas	(19.190)	(522)
Baixas definitivas	13.652	-
Total de provisão para devedores duvidosos	(6.060)	(522)

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)



7. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Mercadoria para revenda	61.057	47.371
Centro de distribuição – BKB	60.984	55.494
Brindes	11.894	14.277
Materiais de uso e consumo	10.533	8.470
Provisão para perda de estoque (Nota 21) (i)	(1.701)	-
Total de estoques	142.767	125.612

- (i) Provisão de baixa de insumos com expectativa de não realização, ou seja, produtos perecíveis próximo a sua validade e brindes cuja licença expirou e não temos expectativa de renovação.

8. Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
IRPJ a recuperar	1.623	1.973
CSLL a recuperar	899	1.086
IRRF a compensar	4.588	6.609
ICMS a compensar (i)	82.340	48.482
PIS não cumulativo a recuperar (i) e (ii)	18.821	17.011
COFINS não cumulativo a recuperar (i) e (ii)	63.843	53.155
INSS a recuperar (i) e (ii)	6.940	5.684
Outros	288	349
Total de impostos a recuperar	179.342	134.349
Circulante	44.053	37.116
Não circulante (ii)	135.289	97.233

- (i) O aumento dos saldos de impostos a recuperar inclui também o reconhecimento de créditos tributários extemporâneos em R\$ 44.289 reconhecidos nas linhas de Custos das mercadorias vendidas (Nota 21) e Despesas com Vendas (Nota 22) além dos itens mencionados no próximo tópico, e a Companhia tem como expectativa a compensação desses créditos até 2026.
- (ii) O OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2021 emitido em janeiro de 2021 discorre que no caso da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, e por existir potencial conflito à frente na definição da interpretação a ser dada à decisão do STJ, as áreas técnicas da CVM entendem que devem ser reconhecidos como ativo “crédito fiscal - insumo de PIS e COFINS” aqueles créditos que sejam dotados de certeza e que não dependam de atos de terceiros para a entidade controlar os benefícios econômicos a serem por ele originados.

Em maio de 2021, o STF encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, definindo em sede de julgamento de embargos de declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, no julgamento do Recurso Extraordinário 574706.

Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal e não o valor recolhido, os procedimentos adotados pela Companhia para o levantamento dos créditos correspondem a tal decisão, e, portanto, adequados para o reconhecimento.

Em setembro de 2021, o STF decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Tal decisão não afetou o cálculo do IRPJ e da CSLL corrente da Companhia uma vez que a mesma apresentou Prejuízo Fiscal no exercício de 2021. Adicionalmente, também não gerou impacto nos tributos diferidos devido a Companhia não estar reconhecendo tributos diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL (Nota 26).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta o montante de R\$8.473 referente ao período de janeiro de 2015 a fevereiro de 2017, sendo R\$6.139 como principal, reconhecido em junho de 2021 com o apoio de seus consultores tributários, e R\$2.298 de atualizações monetárias. O valor principal foi reconhecido contra a rubrica de Deduções da Receita Bruta (Nota 20) e a parte referente a atualização monetária contra a rubrica de correção monetária (Nota 25).

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

**POPEYES****9. Imobilizado, líquido**

	Taxa média anual de depreciação	Controladora e Consolidado	
		2021	2020
Instalações, benfeitorias e projetos	(i)	626.608	608.550
Máquinas e equipamentos	6% à 15%	281.205	293.613
Móveis e utensílios	6% à 15%	46.755	47.593
Computadores e periféricos	20% à 25%	78.620	80.581
Outros ativos	-	205.269	173.421
(-) Provisão para <i>impairment</i>	-	(12.955)	(8.094)
Total de imobilizado		1.225.502	1.195.664

(i) Conforme vigência dos contratos de aluguéis, em média de 10 anos.

No exercício de 2021, foram capitalizados encargos financeiros no valor de R\$20.184 (R\$10.023 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

As movimentações do imobilizado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	Instalações, benfeitorias e projetos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Outros ativos (i)	(-) Provisão para <i>impairment</i> (Nota 26)
Custo						
Saldo em 31/12/2019	874.677	344.631	88.527	148.227	288.364	(10.340)
Adições	33.388	-	-	-	204.253	-
Transferências	162.943	108.194	(598)	41.877	(312.416)	-
Baixas (Nota 23)	(34.850)	(9.255)	(2.519)	(6.462)	(4.445)	-
Vendas de Lojas	(1.322)	(1.172)	(50)	(300)	(2.335)	-
<i>Impairment</i> (Nota 23)	-	-	-	-	-	2.246
Saldo em 31/12/2020	1.034.836	442.398	85.360	183.342	173.421	(8.094)
Adições	38.425	-	-	16	200.399	-
Transferências	91.957	35.041	8.143	31.216	(166.357)	-
Baixas (Nota 23)	(1.681)	(5.033)	(1.194)	(15.111)	(1.539)	-
Venda de ativos (Nota 23)	-	(286)	-	-	(655)	-
<i>Impairment</i> (Nota 23)	-	-	-	-	-	(4.861)
Saldo em 31/12/2021	1.163.537	472.120	92.309	199.463	205.269	(12.955)
Depreciação						
Saldo em 31/12/2019	(350.174)	(108.846)	(30.977)	(80.511)	-	-
Adições	(100.966)	(45.096)	(8.541)	(27.208)	-	-
Baixas (Nota 23)	23.774	4.545	1.726	4.700	-	-
Venda de Lojas (Nota 23)	1.080	612	25	258	-	-
Saldo em 31/12/2020	(426.286)	(148.785)	(37.767)	(102.761)	-	-
Adições	(110.987)	(46.237)	(8.450)	(29.216)	-	-
Baixas (Nota 23)	344	3.890	663	11.134	-	-
Vendas de ativos (Nota 23)	-	217	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	(536.929)	(190.915)	(45.554)	(120.843)	-	-
Total do imobilizado em 31/12/2020	608.550	293.613	47.593	80.581	173.421	(8.094)
Total do imobilizado em 31/12/2021	626.608	281.205	46.755	78.620	205.269	(12.955)

(i) Lojas construídas e/ou reformadas, substancialmente, que serão realocadas para os grupos do imobilizado conforme política da Companhia R\$45.881 (R\$35.990 em 31 de dezembro de 2020), obras referentes às lojas em construção R\$24.983 (R\$43.125 em 31 de dezembro de 2020), equipamentos novos em estoque R\$49.886 (R\$48.849 em 31 de dezembro de 2020), equipamentos em manutenção R\$3.892 (R\$4.222 em 31 de dezembro de 2020), e projetos de melhoria de sistema, retrofit de equipamentos e novas tecnologias como novas formas de pagamento, totem de atendimento, que totalizaram R\$80.627 (R\$41.235 em 31 de dezembro de 2020).

9. Imobilizado, líquido--Continuação

Teste de valor recuperável

A Companhia considera cada restaurante como sua menor unidade geradora de caixa ("UGC"), e submeteu-as ao teste de valor recuperável (*impairment*), levando em consideração o período de maturidade (a partir de 24 meses, sendo 682 restaurantes de um total de 736 em 2021 e 589 restaurantes de 703 em 2020), seus fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, a taxa antes dos impostos de 11,56% (WACC) e limitado ao período contratual daquela loja mais uma renovação do contrato de arrendamento. Identificados os restaurantes com os indicadores de *impairment*, a Administração da Companhia avaliou as perspectivas de retomada de geração de caixa ou sua descontinuidade.

Além de considerar o valor recuperável de suas lojas, quando há indício de algum outro ativo não gerar caixa, como por exemplo equipamentos obsoletos, a Companhia também constitui provisão até o seu valor recuperável.

A Companhia provisionou o valor contábil de seus ativos não recuperáveis das lojas e outros ativos, sendo eles: instalações, benfeitorias, projetos e cessão de direito e ativos obsoletos. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da provisão era de R\$12.955 (R\$8.094 em 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 11 lojas com provisões para *impairment*. No decorrer do exercício de 2021, foi constituída a provisão para *impairment* de mais 16 lojas, 11 lojas tiveram as provisões revertidas e 5 lojas provisionadas no exercício de 2020 tiveram suas provisões mantidas. Com isso, a Companhia possuía, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 21 lojas provisionadas e o resultado das movimentações foi o complemento da provisão de *impairment* em R\$4.861 em 2021 (reversão de provisões de R\$2.246 em 2020) (Nota 23).

Para as aberturas de restaurantes e aquisições, a Companhia analisa, dentre outras coisas, a viabilidade, geração de caixa e o retorno.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

**POPEYES****10. Intangível, líquido**

	Taxa média anual de depreciação	Controladora e Consolidado	
		2021	2020
Cessão de direito de uso	(i)	56.682	67.687
Franchise fee	5%	83.472	84.522
Licença de software	20%	28.995	16.495
Ativo de direito e uso	(ii)	836.407	732.308
Ágio (goodwill)	(iii)	572.199	572.199
Total de intangível		1.577.755	1.473.211

(i) Conforme vigência dos contratos de aluguéis, em média de 10 anos.

(ii) Conforme prazo estipulado em contrato de arrendamento.

(iii) Análise anual de impairment.

As movimentações do intangível, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado					Total
	Cessão de direito de uso	Franchise fee (Nota 17)	Licença de software	Ativo de direito de uso (Nota 3)	Ágio (goodwill)	
Custo						
Saldo em 31/12/2019	141.116	95.594	26.867	779.224	572.199	1.615.000
Adições	16.590	15.068	10.579	205.224	-	247.461
Baixas (Nota 23)	(1.766)	(1.656)	(364)	-	-	(3.786)
Venda de Lojas (Nota 23)	(10)	(179)	(12)	-	-	(201)
Saldo em 31/12/2020	155.930	108.827	37.070	984.448	572.199	1.858.474
Adições	4.276	5.133	21.982	265.980	-	297.371
Saldo em 31/12/2021	160.206	113.960	59.052	1.250.428	572.199	2.155.845
Amortização						
Saldo em 31/12/2019	(72.471)	(18.968)	(15.603)	(118.238)	-	(225.280)
Adições	(17.200)	(5.824)	(5.255)	(133.902)	-	(162.181)
Baixas (Nota 23)	1.418	442	274	-	-	2.134
Vendas de lojas (Nota 23)	10	45	9	-	-	64
Saldo em 31/12/2020	(88.243)	(24.305)	(20.575)	(252.140)	-	(385.263)
Adições	(15.281)	(6.183)	(9.482)	(161.881)	-	(192.827)
Saldo em 31/12/2021	(103.524)	(30.488)	(30.057)	(414.021)	-	(578.090)
Total do intangível em 31/12/2020	67.687	84.522	16.495	732.308	572.199	1.473.211
Total do intangível em 31/12/2021	56.682	83.472	28.995	836.407	572.199	1.577.755

A Companhia, considerando as atuais informações e os dados a respeito dos potenciais impactos da pandemia da COVID-19 em suas atividades até o momento, analisou e não identificou necessidade de registro adicional de provisão para redução ao valor recuperável.

10. Intangível, líquido--Continuação

Ágio (*goodwill*)

O *goodwill* gerado nas operações de aquisições é sustentado pela rentabilidade futura decorrente da sinergia dos negócios, diluição de custos fixos, crescimento esperado da marca, melhoria nas condições comerciais dos contratos existentes nas lojas adquiridas em função do maior poder de compra e de gestão de capital.

Teste de valor recuperável

Os ativos intangíveis foram submetidos a testes de valor recuperável (*impairment*), e nos exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020, e não foram identificados ativos intangíveis que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável.

As projeções estão de acordo com o Plano de Negócios elaborado pela Administração da Companhia para os próximos cinco anos e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são aumentados de acordo com o crescimento previsto para o grupo econômico para considerar aspectos de perpetuidade. Espera-se que o crescimento projetado das vendas, custos e indicadores econômicos estejam em linha com a curva observada em anos anteriores com exceção dos anos de 2021 e 2020 que foram impactados pela pandemia, e em linha com o crescimento econômico do país no qual a Companhia possui operações.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está em acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1)/NBC TG 01 (R4)/IAS 36 - Redução do Valor Recuperável dos Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

- As projeções foram feitas em reais e descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"), considerando-se as sensibilidades nesta métrica. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 11,56% a.a. em 2021 (9,74% a.a. em 2020).
- A taxa nominal de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de todo o grupo econômico para um período de cinco anos foi de 5% para todos os anos, a qual reflete a perspectiva conservadora de crescimento da Companhia em relação à inflação futura anual.
- As taxas de crescimento média das receitas de vendas projetadas para o período de cinco anos foram corrigidas considerando projeção futura de Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) mais PIB (Produto Interno Bruto) e a abertura de novas lojas.

A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

**POPEYES****11. Empréstimos e financiamentos**

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 11.1)	384.389	430.002
Debêntures (Nota 11.2)	405.881	400.774
Total de empréstimos e financiamentos	790.270	830.776
Circulante	153.535	53.612
Não circulante	636.735	777.164

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional são destinados à compra de bens para abertura de novas lojas e para Capital de giro, e os montantes não circulantes, não descontados dos encargos financeiros a transcorrer que são R\$1.534 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.490 em 31 de dezembro de 2020), possuem os seguintes vencimentos originais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Controladora e Consolidado		
Ano	2021	2020
2022	-	140.385
2023	120.885	120.885
2024	483.384	449.384
2025	34.000	68.000
Total	638.269	778.654

11.1. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa de juros (a.m)	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			2021	2020
Empréstimo - Capital de giro	de 0,22% a 0,30% + CDI	de jun/2022 até mar/2025	384.991	430.391
Encargos financeiros transcorrer			(602)	(389)
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 11)			384.389	430.002
Circulante			146.474	51.417
Não circulante			237.915	378.585

11.2. Debêntures

Descrição	Taxa de juros (a.m)	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			2021	2020
Debêntures 8ª emissão	100% CDI + 0,11%	out/2024	407.551	402.721
Encargos financeiros transcorrer			(1.670)	(1.947)
Total de debêntures (Nota 11)			405.881	400.774
Circulante			7.061	2.195
Não circulante			398.820	398.579

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

11.3. Cláusulas restritivas (*covenants*)

A Companhia possui cláusulas restritivas em empréstimos, financiamentos e debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas.

Os índices e os montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão apresentados a seguir:

Debêntures 8ª emissão, empréstimos e financiamentos:

- (i) A relação entre a dívida líquida (Nota 27) e o EBITDA ajustado (*covenants*) - excluindo os efeitos do IFRS16 - da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,0 (três).

Os cálculos dos *covenants* conforme critérios e determinações estabelecidos nos contratos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de vendas líquidas (Nota 20)	2.753.287	2.238.127
Custos das mercadorias e produtos vendidos e despesas com lojas (Nota 21 e 22) (i)	(2.559.913)	(2.244.906)
EBITDA operacional	193.375	(6.779)
Margem ebitda operacional	7,0%	(0,3%)
Despesas gerais administrativas (Nota 23) (i)	(143.657)	(127.095)
EBITDA ajustado	49.718	(133.874)
Empréstimos e financiamentos (Dívida) (Nota 11)	790.270	830.776
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Nota 4 e 5)	(450.808)	(820.819)
Dívida líquida	339.462	9.957
Dívida líquida sobre EBITDA	6,8	-0,07

- (i) Para o cálculo do EBITDA ajustado para *covenants* são desconsiderados as despesas com depreciação e amortização, resultado com baixas do imobilizado, resultado com sinistros, despesas pré-operacionais, despesas com aquisição e incorporação, provisão (reversão) *impairment* e ganho de capital com alienação de lojas, conforme critério determinado pela Companhia e contratadas;

Os *covenants* são controlados anualmente pelas instituições financeiras, e mensalmente pela Companhia. Considerando os impactos no resultado ao longo do exercício, o consumo de caixa no cenário atual e o agravamento dos efeitos da pandemia em suas atividades operacionais (Nota 2), a Companhia ficou limitada ao cumprimento das cláusulas restritivas no que tocam à sua obrigatoriedade anual e obteve a anuência (*waiver*) para a medição deste índice referente ao exercício de 2021. No exercício de 2020, a Companhia também não conseguiu atingir os indicadores com relação as cláusulas restritivas devido aos impactos da pandemia nas operações, e na ocasião obteve a anuência para a não medição.

A anuência prévia para não medição do índice financeiro foi obtida antes de 31 de dezembro de 2021, sob determinadas condições resolutivas, destacando-se: (i) o pagamento de vantagem adicional (prêmio), apenas no caso das debêntures no montante de R\$3.633 e; (ii) manutenção de caixa mínimo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 250.000. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontrava-se adimplente com tais condições.

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

11.3. Cláusulas restritivas (covenants)—Continuação

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 a fiança bancária da Companhia com os bancos monta o valor de R\$7.116 (R\$4.573 em 31 de dezembro de 2020), para assegurar o ponto comercial das lojas.

Os empréstimos e financiamentos são em moeda nacional e representados por liberações para financiamento da compra de bens para abertura de novas lojas e para utilização da Companhia. Para os empréstimos de capital de giro, 20% do fluxo financeiro de recursos transacionados em bandeiras de cartões específicas foram dados em garantia, e caso não perfaça, o saldo devedor deverá ser garantido através de aplicações financeiras.

12. Fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Fornecedores de materiais e serviços (i)	210.860	164.643
Fornecedores Conveniados (ii)	8.443	39.645
Outros	28.614	13.328
Total de fornecedores e aluguéis a pagar	247.917	217.616

(i) O aumento do saldo com os fornecedores de materiais e serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é devido a retomada das operações de lojas da Companhia ao longo do segundo semestre de 2021 ante o exercício comparativo (Nota 2) combinado ao maior número de lojas operando (Nota 1).

(ii) A Companhia possui passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos fornecedores receberam antecipadamente no trimestre findo em 31 de dezembro de 2021. Como potencial valor financeiro embutido nas operações, informamos que a taxa média utilizada na antecipação é de 2,0% a.m. combinada com o prazo médio de 31 dias antecipados (em 31 de dezembro de 2020 a taxa média utilizada era de 1,2% a.m. combinada com o prazo médio de 41 dias antecipados). Avaliamos o potencial valor financeiro embutido nas operações, em conjunto com o prazo e não consideramos significativos para maiores detalhes.

13. Obrigações tributárias

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	560	988
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	16.791	17.696
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	1.997	2.548
Impostos parcelados (i)	5.295	10.812
Imposto sobre Serviços - ISS	8.367	5.577
INSS retido na fonte	452	862
INSS a recolher (ii)	2.432	2.432
Outros	1.294	1.426
Total de obrigações fiscais	37.188	42.341
Circulante	30.743	31.561
Não circulante	6.445	10.780

(i) Refere-se ao parcelamento espontâneo de impostos e adesão ao PERT efetuado pelas investidas, incorporadas durante o exercício de 2019.

(ii) Refere-se a denúncia espontânea de INSS de verbas efetuado pelas investidas incorporadas durante o exercício de 2019.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)



POPEYES

14. Resultado diferido, líquido

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Resultado diferido, líquido - <i>franchise fee</i> (i)	4.270	3.942
Resultado diferido, líquido - fornecedores (ii)	13.499	22.679
Resultado diferido, líquido - CLUBE BK (iii)	1.910	-
Total de resultado diferido, líquido	19.679	26.621
Circulante	13.805	11.857
Não circulante	5.874	14.764

- (i) Reconhecimento da receita de *franchise fee* de subfranqueado conforme CPC 47/NBC TG 47/IFRS15 – Receita de Contrato com Cliente.
- (ii) Recursos recebidos antecipadamente para o contrato de campanha de *marketing* firmado com fornecedores específicos sobre a exclusividade na venda de produtos desses fornecedores nos restaurantes Burger King, exposição das marcas dos fornecedores e investimento em campanhas de *marketing* para aumento das vendas dos produtos Burger King e para consequente aumento das vendas dos produtos do fornecedor.
- (iii) Programa de fidelidade lançado em 2021 com o reconhecimento da receita conforme CPC 47/NBC TG 47/IFRS15 – Receita de Contrato com Cliente.

15. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisões de gastos diversos (i)	26.061	22.495	26.061	22.495
Investimentos a pagar - King Food/ Good Food/ Fast Burger	16.052	15.393	16.052	15.393
(-) AVP de Investimentos a pagar - King Food/ Good Food/ Fast Burger	(313)	(1.120)	(313)	(1.120)
Adiantamento de Clientes	1.016	930	1.016	930
Outros	1.020	110	1.047	136
Total de demais contas a pagar	43.836	37.808	43.863	37.834
Circulante	26.448	20.947	26.475	20.973
Não circulante	17.388	16.861	17.388	16.861

- (i) Aumento principalmente a provisão de taxas de serviços das plataformas de *delivery*, aumento nos gastos com materiais e serviços.

16. Provisão para demandas judiciais

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários, cíveis e reclamações trabalhistas, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como probabilidade de perda provável na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos foram provisionados com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às provisões para demandas judiciais em discussão na esfera judicial estão demonstrados no quadro abaixo.

Adicionalmente, a Companhia tem conhecimento de outros processos tributários, cíveis e trabalhistas, e com base nos históricos dos processos e análise das causas principais, a mensuração dos processos com probabilidade de perda possível foi de R\$102.234 (R\$46.635 em 31 de dezembro de 2020) na Controladora e Consolidado, a saber:

	Controladora e Consolidado			
	2021		2020	
	Provável	Possível (i)	Provável	Possível (i)
Processos trabalhistas (ii)	24.641	47.330	21.896	26.467
Processos cíveis	781	10.539	1.265	10.690
Processos tributários (iii)	-	44.465	2	9.478
Total de provisão para demandas judiciais	25.422	102.334	23.163	46.635

- (i) Para os casos de perda possível, não existe nenhuma provisão para cobrir eventuais perdas com esses processos.
- (ii) O crescimento dos processos trabalhistas com probabilidade de perda possível faz jus ao aumento de ações ajuizadas contra a Companhia, além de processos considerados anteriormente remotos de perda que se tornaram possível.
- (iii) O aumento nos processos tributários com probabilidade de perda possível é devido principalmente a divulgação de novos processos ocorridos ao longo do ano, em decorrência de autos de infração referentes a cobrança de ICMS ST do período de mar/19 a dez/19 e a uma execução fiscal visando a cobrança de impostos federais (CIDE, PIS, COFINS, IR, CSLL e INSS) do período de out/15 a out/18. Essas ações estão sendo discutidas judicialmente e a Companhia possui expectativa de reverter a situação.

Processos trabalhistas com perdas prováveis

A Companhia é parte em processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía uma provisão de R\$24.641 (R\$21.896 em 31 de dezembro de 2020) na Controladora e no Consolidado, para as contingências relacionadas a esses processos. Essas contingências são avaliadas com base na média de perda histórica dos últimos dezoito meses frente ao total de processos em aberto ao final do exercício, excluindo-se processos que são considerados como pontuais e não rotineiros, para os quais são efetuadas provisões específicas adotando-se critérios similares àqueles praticados para avaliações tributárias e cíveis.

As movimentações das provisões para demandas judiciais estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	2020	Adições	Baixas/ Reversões	Pagamentos
Processos trabalhistas	21.896	23.412	(474)	(20.193)
Processos cíveis	1.265	398	(462)	(420)
Processos tributários	2	-	(2)	-
TOTAL	23.163	23.810	(938)	(20.613)

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

**POPEYES****16. Provisão para demandas judiciais--Continuação**Depósitos judiciais

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Processos trabalhistas	27.603	26.542
Processos cíveis	915	697
Processos tributários	12.653	10.761
Total de depósitos judiciais	41.171	38.000

17. Partes relacionadas**17.1 Franchise Fees, Royalties e Service Fee**

A RBI é acionista da Companhia e, portanto, uma parte relacionada. Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia firmou um contrato de Master Franqueado, e tem a obrigação de pagar taxa de franquia e *royalties* a RBI.

Conforme mencionado na Nota 1, as transações de *Franchise Fees* e *Royalties* são feitas por condições exclusivas previstas nos contratos com a BKC, e com a PLK, uma vez que a BKB é a representante das marcas no Brasil.

Em função dos contratos expostos, a Companhia tem registrado em suas contas a pagar e a receber, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os seguintes valores:

	Burger King Corporation (BKC)		Popeyes Louisiana Kitchen (PLK)	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Contas a receber de clientes (Nota 6)	66	145	-	500
Adições de <i>franchise fee</i> (Nota 10)	2.751	12.094	2.382	2.974
Passivo				
Obrigações corporativas	(21.358)	(15.381)	(764)	(443)
	2021	2020	2021	2020
Resultado				
Receitas com <i>service fee</i>	787	605	-	-
Despesas com <i>Royalties</i>	(140.309)	(115.978)	(5.390)	(3.337)

17.2 Obrigações corporativas

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia (Controladora e Consolidado) possuía o saldo de R\$22.122 referente a *royalties* e *franchise fee* devidos a BKC e a PLK (R\$15.824 em 31 de dezembro de 2020).

17. Partes relacionadas--Continuação

17.3 Remuneração da Administração

	2021		2020	
	Diretores	Conselheiros	Diretores	Conselheiros
Pró-labore	5.373	-	4.926	-
Benefícios diretos e indiretos	443	-	616	-
Remuneração variável	4.125	-	6.804	-
Honorários	-	2.632	-	2.351
Outros (INSS)	1.504	526	1.833	470
	11.445	3.158	14.179	2.821

Os executivos da Companhia também estão inseridos no Plano de Opção de Ações (*Stock Options*), os quais estão descritos na Nota 30.

Em 29 de abril de 2021, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde foi aprovada a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2021, no valor de até R\$26.142, dos quais R\$22.758 correspondem à remuneração prevista para a Diretoria Estatutária da Companhia e R\$3.384 referem-se à remuneração prevista para o Conselho de Administração. Tais despesas estão registradas na rubrica despesas gerais e administrativas.

18. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social da Companhia é de R\$1.461.068 e está representado por 275.355.447 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo que R\$24.214 estão em tesouraria representado por 1.222.719 dessas ações.

Destinação dos prejuízos

A proposta para o prejuízo da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$273.841, é de manter como prejuízos acumulados, totalizando R\$584.807.

A destinação do prejuízo da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$445.607, foi da seguinte forma: (i) absorção de R\$134.641 pelas reservas de lucro; (ii) manter o saldo residual de R\$310.966 após a absorção acima mencionada como prejuízos acumulados.

19. Resultado por ação

Baseado no CPC 41/NBC TG 41 (R2)/IAS 33 – Resultado por ação, a Companhia deve apresentar o resultado básico e diluído por ação. Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O resultado diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
<u>Numerador básico</u>		
Prejuízo líquido do exercício	(273.841)	(445.607)
<u>Denominador básico</u>		
Média ponderada básica do número de ações (líquidas de tesouraria) – em milhares	274.133	232.563
<u>Prejuízo básico por ação</u>	(0,9989)	(1,9161)
<u>Numerador diluído</u>		
Prejuízo líquido do exercício	(273.841)	(445.607)
<u>Denominador diluído</u>		
Média ponderada do número de ações (líquidas de tesouraria) – em milhares	274.133	232.563
Opções de ações (Nota 30) – em milhares	2.254	1.693
Efeito anti-diluição – em milhares	(2.254)	(1.693)
Média ponderada diluída do número de ações	274.133	232.563
<u>Prejuízo líquido diluído por ação</u>	(0,9989)	(1,9161)

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)



POPEYES

20. Receita operacional líquida

Controladora e Consolidado		
	2021	2020
Receita bruta de vendas	2.973.094	2.433.203
Deduções das receitas de vendas (i)	(251.264)	(221.130)
Receita líquida de vendas	2.721.830	2.212.073
Receita bruta de prestações de serviços	35.253	29.222
Deduções das receitas de prestações de serviços	(3.796)	(3.168)
Receita líquida de prestações de serviços	31.457	26.054
Total receita operacional líquida	2.753.287	2.238.127

- (i) Conforme mencionado na Nota 8, foram reconhecidos créditos extemporâneos de PIS/COFINS no valor de R\$6.139 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

21. Custo das mercadorias e dos produtos vendidos

Controladora e Consolidado		
	2021	2020
Custos com alimentos, bebidas e embalagens (i)	(974.549)	(830.753)
Custo com serviços e outros	(58.355)	(83.204)
Provisão para Perda de estoques (ii) (Nota 7)	(1.701)	-
Total custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.034.605)	(913.957)

- (i) Como efeito da pandemia da COVID-19 (Nota 2), o custo com alimentos, bebidas e embalagens em 2020, foi impactado no montante de R\$9.176, representados pelos itens perecíveis vencidos e pelos fretes extras nas transferências de produtos entre as lojas. Não obstante, também foi diretamente impactado pelo cenário global de *commodities* e invariavelmente na inflação total de alimentos.
- (ii) Provisão de baixa de insumos com expectativa de não realização ou seja, produtos perecíveis próximo a data de validade e brindes cuja licença expirou e não temos expectativa de renovação.

22. Despesas com vendas

Controladora e Consolidado		
	2021	2020
Despesas com pessoal	(507.064)	(481.608)
Royalties	(145.699)	(119.315)
Despesas com ocupação e utilities (i)	(242.549)	(206.047)
Depreciações e amortizações (Nota 9 e 10)	(200.636)	(189.480)
Amortização de direito de uso (aluguel) (Nota 3) (ii)	(149.080)	(121.064)
Despesas pré-operacionais (iii)	(8.210)	(5.851)
Serviços diversos (iv)	(182.859)	(168.094)
Reparos e manutenções	(36.996)	(57.262)
Outras (v)	(220.676)	(183.155)
Total de despesas com vendas	(1.693.769)	(1.531.876)

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)



POPEYES

22. Despesas com vendas--Continuação

- (i) Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16 impactaram positivamente os registros contábeis na rubrica de despesas com ocupação e *utilities* em R\$189.465 em 31 de dezembro de 2021 (R\$115.468 em 31 de dezembro de 2020), líquido de impostos (Pis e Cofins), devido ao arrendamento operacional (aluguel fixo) não ser mais reconhecido nesta rubrica (Nota 3).
- (ii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, o saldo apresentado em conta patrimonial de Amortização de direito de uso (Notas 3 e 10) é bruto de impostos (Pis e Cofins) e totaliza R\$161.881 em 31 de dezembro de 2021 (R\$133.902 em 31 de dezembro de 2020), enquanto os saldos apresentados em contas de resultado de Amortização de direito de uso (Notas 22 e 23) são líquidos de impostos (Pis e Cofins) totalizando R\$150.644 (R\$121.992 em 31 de dezembro de 2020).
- (iii) As despesas pré-operacionais de restaurantes são representadas, principalmente, por custos com salários e encargos dos profissionais das lojas, serviços prestados por terceiros e outras despesas geradas antes das inaugurações das lojas.
- (iv) A variação existente em serviços diversos é decorrente principalmente, do aumento de serviços das plataformas de *delivery*, que estão atreladas diretamente às vendas geradas por esse canal.
- (v) As outras despesas são compostas principalmente por provisão para perdas estimadas com a realização dos créditos (Nota 6), baixas devido a não realização dos créditos, taxas, uniformes, materiais de limpeza, materiais de cozinha e despesas de *marketing* de suas marcas.

23. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	(125.637)	(119.273)	(125.637)	(119.273)
Despesas com ocupação e <i>utilities</i> (i)	(767)	(1.290)	(767)	(1.290)
Depreciação e amortização (Notas 9 e 10)	(25.200)	(20.610)	(25.200)	(20.610)
Amortização direito de uso (aluguel) (Nota 3) (ii)	(1.564)	(928)	(1.564)	(928)
Despesas com aquisições e incorporações (iii)	(7.358)	(158)	(7.358)	(158)
Resultado líquido na baixa de imobilizado (Notas 9 e 10)	(8.527)	(24.438)	(8.527)	(24.438)
Receita com lojas vendidas	288	3.772	288	3.772
Baixa de ativos de lojas vendidas (Nota 10)	(724)	(3.341)	(724)	(3.341)
Resultado com sinistros	(16)	13	(16)	13
Provisão para <i>impairment</i> (Nota 9)	(4.861)	2.246	(4.861)	2.246
Custos com plano de ações (Nota 30)	(8.284)	(9.824)	(8.284)	(9.824)
Outras receitas (despesas operacionais líquidas) (iv)	(14.680)	(5.373)	(14.899)	(5.628)
Total de despesas gerais e administrativas	(197.330)	(179.204)	(197.549)	(179.459)

- (i) Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16 impactaram positivamente os registros contábeis na rubrica de despesas com ocupação e *utilities* em R\$2.354 em 31 de dezembro de 2021 (R\$904 em 31 de dezembro de 2020), líquido de impostos (Pis e Cofins), devido ao arrendamento operacional (aluguel fixo) não ser mais reconhecido nesta rubrica (Nota 3).
- (ii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, o saldo apresentado em conta patrimonial de Amortização de direito de uso (Notas 3 e 10) é bruto de impostos (Pis e Cofins) e totaliza R\$161.881 em 31 de dezembro de 2021 (R\$133.902 em 31 de dezembro de 2020), enquanto os saldos apresentados em contas de resultado de Amortização de direito de uso (Notas 22 e 23) são líquidos de impostos (Pis e Cofins) totalizando R\$150.644 (R\$121.992 em 31 de dezembro de 2020).
- (iii) Despesas referentes a celebração de acordo de associação junto a detentora dos direitos exclusivos de Master Franchise da franquia DOMINO'S PIZZA no país, DP Brasil (Nota 32). A Companhia informou ao mercado sobre o acordo de associação em 09 de julho de 2021, e o distrato do acordo foi informado em 31 de outubro de 2021 – ambas informações divulgadas em fatos relevantes.
- (iv) Refere-se às receitas com prêmio sobre acordo inicial de fornecimento, reversão de gastos inerentes à construção de lojas, despesas com provisões para demandas judiciais, serviços tomados, gastos com viagens e de serviços prestados.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

**POPEYES****24. Despesas financeiras**

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Juros sobre empréstimos	(34.171)	(26.823)
Despesas bancárias e juros diversos	(9.081)	(9.821)
Variação cambial passiva	(1.929)	(2.335)
Despesa AVP de arrendamento mercantil a pagar (Nota 3)	(80.156)	(68.213)
Despesas AVP de Investimento a pagar – BKCS e Demais a receber	(6.189)	(923)
Despesa com derivativos	(3.885)	(2.230)
Correção monetária	(788)	(370)
Outras	(5.362)	(3.960)
Total de Despesas Financeiras	(141.561)	(114.675)

25. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Juros e rendimentos de aplicações financeiras	20.322	11.313	20.541	11.568
Variação cambial ativa	1.522	3.223	1.522	3.223
Receitas com derivativos	1.762	2.040	1.762	2.040
Desconto COVID19 (i) (Nota 3)	15.943	47.033	15.943	47.033
Impostos sobre receitas financeiras	(1.441)	(1.120)	(1.441)	(1.120)
Correção monetária (ii)	3.257	5.382	3.257	5.382
Outras receitas financeiras	2.015	2.298	2.015	2.298
Total de receitas financeiras	43.380	70.169	43.599	70.424

- (i) Com base na Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº16 deliberada pela CVM em 07 de julho de 2020 e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº18 deliberada pela CVM em 21 de julho de 2021 que apresentaram alterações no CPC 06 (R2), referente a Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (e prorrogação), a Companhia optou em fazer uso do expediente prático não remensurando os contratos de arrendamento operacionais uma vez que as renegociações efetuadas foram benefícios considerados relacionados a COVID-19, reconhecendo tais benefícios no resultado do período (Nota 3).
- (ii) Conforme mencionado na Nota 8, foram reconhecidas correções monetárias referente a créditos extemporâneos de PIS/COFINS no valor de R\$2.298.

26. Imposto de renda e contribuição social

Composição do resultado

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Corrente	-	-
Diferido	(3.243)	(14.191)
	(3.243)	(14.191)

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos exercícios de 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(270.598)	(431.416)
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	92.003	146.681
Ajustes para reconciliar a taxa efetiva:		
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal	(83.564)	(167.149)
Pagamento de bônus não dedutíveis	(1.236)	-
Quebra de caixa	(447)	(321)
Perda por baixa de ativos não financeiros	(4.642)	-
Multas e infrações fiscais e trabalhistas	(767)	(699)
Custo com plano de opção de ações	(2.817)	(3.340)
Custo com emissão de ações	-	7.810
Juros sobre capital próprio (JCP)	-	3.920
Outras diferenças permanentes	(1.773)	(1.094)
Imposto de renda e contribuição social	(3.243)	(14.192)

Diferidos

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica consideravelmente no aumento do prazo de recuperação dos créditos tributários.

Ressaltamos ainda que, o atual cenário existente decorrente da pandemia ocasionada pela COVID-19 foi considerado nos estudos que suportam a constituição dos créditos tributários.

A recuperabilidade destes tributos diferidos é revisada no mínimo anualmente, ou quando for provável a indisponibilidade de lucro tributável futuro.

26. Imposto de renda e contribuição social--ContinuaçãoDiferidos- continuação

A composição líquida dos impostos de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Impostos de renda e contribuição social diferidos – ativo	256.271	164.351
Impostos de renda e contribuição social diferidos – passivo	(285.383)	(186.994)
	(29.112)	(22.643)

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa	845.869	600.094
<u>Diferenças temporárias</u>		
Provisão para demandas judiciais (Nota 16)	25.422	23.163
Provisão bônus	26.142	20.126
Provisão compras	15.991	2.137
Provisão para <i>impairment</i> (Nota 9)	12.955	8.094
Pré operacional	25.673	26.961
Provisões de despesas	25.701	19.956
Amortização de arrendamentos e AVP sobre passivos de arrendamentos	590.397	359.597
Receitas diferida	4.270	3.942
Outras	27.186	19.408
Base de cálculo	1.599.606	1.083.478
Alíquota vigente	34%	34%
	543.866	368.383
(-) Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	(287.595)	(204.032)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo	256.271	164.351
Regime tributário de transição - R.T.T.	(5.171)	(695)
Encargos financeiros a transcorrer	(2.272)	(2.336)
Amortização fiscal do ágio (<i>goodwill</i>)	(323.585)	(246.378)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(508.334)	(300.573)
Base de cálculo	(839.362)	(549.982)
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo	(285.383)	(186.994)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(29.112)	(22.643)

Diante dos cenários incertos e desafiadores ocasionados pela pandemia da COVID-19 e de forma conservadora, a Companhia decidiu não realizar o reconhecimento do ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Já para as diferenças temporárias, a Companhia reconheceu os tributos diferidos considerando a expectativa da sua realização futura.

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos, contas a receber de clientes e demais contas a receber e depósitos à vista e à curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são apresentados a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

Para a análise de sensibilidade de variações dos riscos analisados, a Administração adotou para o cenário provável as taxas de juros projetados para 2021. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 50% e 25% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2021.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Sensibilidade a taxas de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

Instrumento de taxa variável	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (Nota 4)	89.770	192.140	89.770	192.140
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	339.192	601.124	339.218	601.149
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	(790.270)	(830.776)	(790.270)	(830.776)

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, CDI médio anual de 4,71%.

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Consolidado				
			I Provável	II 50%	III 25%	IV -25%	V -50%
Aplicações financeiras (Notas 4 e 5)	428.988	Variação DI	20.541	10.271	5.135	(5.135)	(10.271)
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	(790.270)	Variação DI	(34.171)	(17.086)	(8.543)	8.543	17.086

Risco de câmbio

Sensibilidade a taxas de câmbio

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de câmbio em 31/12/2021	Controladora e Consolidado				
				I Provável	II 50%	III 25%	IV -25%	V -50%
Royalties/ Franchise Fee (Nota 17)	22.122	Variação dólar americano	5,5799	22.122	(11.061)	(5.531)	5.531	11.061

Risco de crédito

A tabela abaixo demonstra o *Rating* dos valores aplicados (Notas 4 e 5) conforme a agência *Fitch*.

Rating	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
AAA	339.953	549.124	319.694	539.714
AA	88.926	243.879	105.384	253.314
AA-	-	-	3.827	-
A	83	261	83	261
	428.962	793.264	428.988	793.289

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--ContinuaçãoRisco de liquidez

A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

Exposição patrimonial	Consolidado					Total
	Saldo contábil	Fluxo financeiro	Menos de 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	111.590	111.590	111.590	-	-	111.590
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	339.218	339.218	-	339.218	-	339.218
Contas a receber (Nota 6)	139.267	139.267	139.267	-	-	139.267
Passivos						
Passivo de arrendamento (Nota 3)	918.467	1.251.481	63.070	183.057	1.005.354	1.251.481
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	790.270	1.002.062	16.005	217.003	769.054	1.002.062
Fornecedores (Nota 12)	247.917	247.917	247.917	-	-	247.917
Obrigações corporativas (Nota 17.2)	22.122	22.122	22.122	-	-	22.122
Obrigações Tributárias (Nota 13)	37.188	38.868	7.689	23.078	8.101	38.868

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas.

A utilização de recursos financiados será sempre uma opção a ser considerada, principalmente quando a Administração entender que este custo será menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), swaps, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante.

A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo as debêntures), líquido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros de curto prazo e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido, todos com base nos dados considerados.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Gestão do capital--Continuação

	Consolidado	
	2021	2020
Patrimônio líquido	1.572.720	1.838.459
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(111.590)	(219.670)
Títulos e valores mobiliários (Nota 5) (i)	(339.218)	(601.149)
Empréstimos e financiamentos (Nota 11) (i)	790.270	830.776
Dívida líquida	339.462	9.957
Passivo de arrendamento a pagar (Nota 3) (i)	918.467	791.331
Capital total	2.830.649	2.639.747

(i) Inclui circulante e não circulante, líquido dos custos

Contabilidade de *Hedge*

A Companhia aplica as regras de hedge accounting para instrumentos financeiros derivativos e não derivativos que se qualificam para relações de hedge de fluxo de caixa, em concordância com as determinações de suas Políticas de Risco. A Companhia efetua a designação formal de suas relações de hedge accounting conforme disposto na Deliberação CVM no 763/16/IFRS9 e com sua Política de Risco.

i. *Hedge* de fluxo de caixa

A Companhia compra batata, componente do custo de mercadorias e produtos vendidos, sendo esse custo atrelado ao euro, de modo que, no momento em que passa a conhecer sua expectativa de compras futuras altamente prováveis, há o surgimento do risco cambial. Com isso, a Companhia possui como política gerenciar este risco por meio da contratação de derivativos (NDF – Termo de moeda). Uma vez contratados os derivativos, estes são estritamente relacionados as compras futuras de insumos, qualificando-se, por via de consequência, para a adoção de *hedge accounting*. A Companhia optou pela adoção do *hedge accounting* de fluxo de caixa, sendo a estratégia de fixar o fluxo de caixa real das compras futuras de batata (objeto de *hedge*), fixando a taxa do euro por meio do derivativo (instrumento de *hedge*).

ii. Ganhos e perdas com instrumentos de *Hedge Accounting*

Os instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não são realizados, são registrados em outros resultados abrangentes enquanto efetivos e quanto à estratégia definida em política.

iii. Análise de sensibilidade

A companhia demonstra os possíveis impactos dos instrumentos financeiros no resultado e patrimônio líquido considerando os cenários: provável, pessimista (desvio de 25%) e adverso (desvio de 50%).

Paridade - R\$ x EUR		Cenário Atual	Cenário I Apreciação 25%	Cenário II Apreciação 50%	Cenário III Depreciação 25%	Cenário IV Depreciação 50%
Operação/Instrumento	Risco					
Designados como <i>hedge accounting</i>						
NDF	Depreciação do R\$	147	184	221	(110)	(74)
Importação (objeto)	Apreciação do R\$	(147)	(184)	(221)	110	74
Efeito líquido		-	-	-	-	-

28. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de “NDF” e são resumidos a seguir:

			Controladora e Consolidado			
			2021		2020	
Instrumentos	Vencimento	Ativo (objeto protegido)	Notional	Valor justo	Notional	Valor justo
<i>(Designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa)</i>						
NDF	01/2021	EURO	-	-	1.375	49
NDF	02/2021	EURO	-	-	1.338	31
NDF	03/2021	EURO	-	-	1.147	22
NDF	04/2021	EURO	-	-	887	35
NDF	05/2021	EURO	-	-	956	83
NDF	06/2021	EURO	-	-	764	77
NDF	07/2021	EURO	-	-	191	3
NDF	01/2022	EURO	300	43	-	-
NDF	02/2022	EURO	300	38	-	-
NDF	03/2022	EURO	300	63	-	-
NDF	07/2022	EURO	53	3	-	-
			953	147	6.658	300

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidos a valor justo com base na marcação a mercado de *hedge* e em outros resultados abrangentes. Quando ocorre a liquidação do instrumento, estes custos de *hedge* são classificados ao resultado.

29. Valor justo

Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros

Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento.

Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia.

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e

Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

A composição abaixo demonstra ativos financeiros da companhia e à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos equivalem ao valor registrado contabilmente de acordo com os critérios determinados de hierarquia de valor justo pelo Nível 2.

29. Valor justo--ContinuaçãoMetodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Os contratos de NDFs são avaliados a valor presente, à taxa de mercado na data-base, através do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de euro verificadas nos contratos de futuros registrados na B3 S.A.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores dos principais ativos e passivos financeiros ao valor justo aproximam-se ao valor contábil, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado					
	2021			2020		
	Valor contábil	Valor justo	Nível hierárquico do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Nível hierárquico do valor justo
Ativos						
Custo Amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	21.820	21.820	2	27.530	27.530	2
Contas receber de clientes, líquido (Nota 6)	139.267	139.267	2	107.188	107.188	2
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	89.770	89.770	2	192.140	192.140	2
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	339.218	339.218	2	601.149	601.149	2
Estoques – Derivativos (Nota 28)	147	147	2	300	300	2
Passivos						
Custo Amortizado (com valor justo divulgado)						
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	790.270	820.920	2	830.776	868.901	2
Fornecedores (Nota 12)	247.917	247.917	2	217.616	217.616	2
Obrigações corporativas (Nota 17.2)	22.122	22.122	2	15.824	15.824	2

30. Plano de remuneração baseado em ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$8.284 (R\$9.824 em 31 de dezembro de 2020) de despesas oriundas dos planos de remuneração baseado em ações, registradas na rubrica de Despesas gerais e administrativas (Nota 23).

As informações dos programas de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

Terceiro Plano

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

Terceiro Plano									
	Lotes Anteriores	Primeiro Lote	Segundo Lote	Terceiro Lote	Quarto Lote	Quinto Lote	Sexto Lote	Sétimo Lote	Total
Data de emissão	22/06/2017	22/06/2017	22/06/2017	30/10/2019	30/10/2019	30/10/2019	30/10/2019	30/10/2019	N/A
Data de <i>vesting</i>	-	14/07/2020	14/07/2021	14/07/2019	14/07/2020	14/07/2021	14/07/2022	14/07/2023	N/A
Preço de exercício	-	10,82	10,82	10,82	11,37	12,14	12,95	13,82	N/A
<i>Strike price</i> (estimado) na data do balanço	-	5,98	5,98	5,98	5,98	5,98	5,98	5,98	5,98
Taxa de juros, isenta de riscos %	-	9,87%	10,24%	5,40%	4,42%	4,70%	5,19%	5,64%	N/A
Tempo contratual de exercício por lote	-	1 ano	2 anos	n/a	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	N/A
Rendimento esperado do dividendo	-	0%	0%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	-	14,91%	14,91%	23,47%	23,47%	23,47%	23,47%	23,47%	N/A
Quantidade total de opções outorgadas	2.119.036	1.467.064	1.532.800	112.990	112.990	112.990	112.990	112.989	5.683.849
Quantidade de opções vestidas	2.119.036	1.467.064	2.500	112.990	112.990	112.990	-	-	3.927.570
Quantidade de opções perdidas/ expiradas	148.700	491.929	534.200	28.800	28.800	28.800	28.800	28.800	1.318.829
Quantidade de opções exercidas	1.871.542	68.236	2.500	-	-	-	-	-	1.942.278
Quantidade de opções a exercer	98.794	906.899	996.100	84.190	84.190	84.190	84.190	84.189	2.422.742
Valor justo estimado (R\$/ação)	-	1,08	1,53	7,88	7,62	7,45	7,49	7,64	N/A

Quarto Plano

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

Quarto Plano					
	Primeiro Programa	Primeiro Programa	Segundo Programa	Segundo Programa	Total
Data de emissão	22/03/2019	22/03/2019	22/03/2019	22/03/2019	N/A
Data de <i>vesting</i>	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2023	01/01/2024	N/A
Preço na outorga	18,70	18,70	18,70	18,70	18,70
Quantidade total de ações restritas	-	-	-	-	1.839.905
Quantidade total de ações restritas outorgadas	547.390	547.382	272.094	272.092	1.638.958
Quantidade de ações restritas vestidas	-	-	-	-	-
Quantidade de ações restritas perdidas/ expiradas	165.714	165.712	87.343	87.342	506.111
Quantidade de ações restritas exercidas	-	-	-	-	-
Quantidade de ações restritas a exercer	381.676	381.670	184.751	184.750	1.132.847

30. Plano de remuneração baseado em ações--Continuação

Quinto Plano

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

	Quinto Plano				Total
	Primeiro Programa	Primeiro Programa	Segundo Programa	Segundo Programa	
Data de emissão	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	N/A
Data de <i>vesting</i>	01/01/2024	01/01/2025	01/01/2025	01/01/2026	N/A
Preço na outorga	11,18	11,18	7,03	7,03	N/A
Quantidade total de ações restritas	-	-	-	-	1.857.170
Quantidade total ações restritas outorgadas	296.989	296.997	641.462	621.462	1.836.910
Quantidade de ações restritas vestidas	-	-	-	-	-
Quantidade de ações restritas perdidas/ expiradas	24.291	24.292	-	-	48.583
Quantidade de ações restritas exercidas	-	-	-	-	-
Quantidade de ações restritas a exercer	272.698	272.705	621.462	621.462	1.788.327

Abaixo demonstramos a movimentação das opções do terceiro, quarto e quinto planos:

	Terceiro Plano	Quarto Plano	Quinto Plano	Total
Em aberto em 31 de dezembro de 2019	3.741.571	1.638.958	-	5.380.529
Outorgadas	-	-	593.986	593.986
Cancelados	(475.704)	-	-	(475.704)
Exercidas	-	-	-	-
Em aberto em 31 de dezembro de 2020	3.265.867	1.638.958	593.986	5.498.811
Outorgadas	-	-	1.242.924	1.242.924
Cancelados	(843.125)	(506.111)	(48.583)	(1.397.819)
Exercidas	-	-	-	-
Em aberto em 31 de dezembro de 2021	2.422.742	1.132.847	1.788.327	5.343.916
Exercíveis em 31 de dezembro de 2021 (<i>vested</i>) (Nota 19)	2.254.363	-	-	2.254.363

31. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha as seguintes apólices de seguros vigentes:

Local segurado	Limite máximo de indenização
Responsabilidade Civil Administrativo/ Diretores (D&O)	50.000
Responsabilidade Civil (POSI) – GERAL	40.000
Patrimonial (RO) – Média	11.104
Responsabilidade Civil Profissional (E&O)	15.000

32. Eventos Subsequentes

32.1 Aprovação do Programa de Recompra de ações

Em 06 de janeiro de 2022 via Fato Relevante, a Companhia comunicou a aprovação do programa de recompra de ações de sua própria emissão, com o objetivo de maximizar a geração de valor para seus acionistas.

As ações que forem adquiridas poderão ser mantidas em tesouraria, para posteriormente serem canceladas, alienadas e/ou utilizadas para lastrear o exercício dos planos de incentivo de longo prazo aprovados pela Companhia.

O limite de ações a ser adquirido pela Companhia nos termos do programa de recompra de ações é de até 16.000.000 de ações ordinárias representando aproximadamente 6,00% das ações em circulação no mercado.

Em linha com a aprovação do programa acima mencionado, ao longo do período de janeiro de 2022, a Companhia recomprou o total de 2.000 de ações ordinárias com o preço médio de R\$5,40, perfazendo o montante de R\$10.809, incluindo as taxas de corretagem e de órgãos reguladores.

32.2 Renúncia do Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia informou via Comunicado ao Mercado que o Sr. Gustavo do Valle Fehlberg apresentou sua renúncia do cargo de Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento para assumir um novo desafio em uma empresa privada fora da indústria de restaurantes e permaneceu no cargo até o dia 14 de fevereiro de 2022.

Frente a isso, o Conselho de Administração elegeu o Sr. Fábio Chaves de Arruda Alves, atual Diretor Vice-Presidente Jurídico, para assumir a posição de Vice-Presidente de Desenvolvimento.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos na qualidade de diretores da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Alphaville - Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Barueri, 24 de fevereiro de 2022.

Iuri de Araújo Miranda

Diretor-Presidente

Gabriel Magalhães da Rocha Guimarães

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)



Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, INCISO V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos na qualidade de diretores da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Alphaville - Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referentes às Demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Barueri, 24 de fevereiro de 2022.

Iuri de Araújo Miranda

Diretor-Presidente

Gabriel Magalhães da Rocha Guimarães

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA BK EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O Comitê de Auditoria da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente. O seu funcionamento, composição e atribuições são regidos pelo Regimento Interno do Comitê de Auditoria, versão revisada anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração (<http://burgerking.riweb.com.br/>).

O Comitê de Auditoria é formado por três membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo o seu coordenador, um membro independente do Conselho. O coordenador é especialista financeiro com experiência na área contábil-societária, financeira, controles internos e auditoria; um outro membro independente, também é especialista nessas áreas. O terceiro membro do comitê, não independente, é um especialista no negócio de Quick Service Restaurants.

São agendadas, no mínimo, 4 reuniões ordinárias anualmente. Reuniões extraordinárias são convocadas na medida de sua necessidade. A diretoria executiva da companhia é convidada a participar para esclarecimentos e apresentações, quando considerado relevante e necessário, assim como os auditores independentes, os responsáveis pela área de Compliance ou quaisquer integrantes de outras áreas da Companhia. A Gerente de Auditoria Interna, por reportar diretamente ao Comitê, é parte integrante de todas as reuniões.

A cada reunião ordinária do Conselho de Administração, o Coordenador do Comitê de Auditoria relata as atividades do Comitê aos seus membros. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o colegiado do Comitê considere assim necessário.

Em 2021, foram realizadas 18 (dezoito) reuniões (2020: 13), sendo 12 (doze) reuniões ordinárias (2020: 4) e 6 (seis) reuniões extraordinárias (2020: 9). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir:

Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna: Em 2021, a Auditoria Interna executou 100% dos trabalhos planejados para o ano, além de outros extraordinários. Como parte de seu trabalho, manteve reuniões com a Administração visando o alinhamento dos pontos de auditoria e seus planos de ação.

Durante o exercício, todos os trabalhos da Auditoria Interna foram compartilhados com o Comitê de Auditoria, que fez recomendações visando melhorar a abrangência e objeto dos trabalhos e aprimorar o sistema de controles internos e gestão de riscos da companhia.

No exercício encerrado, foram disponibilizados treinamentos para toda a equipe, com ênfase nos assuntos específicos da carreira de Auditoria Interna.

O Comitê efetuou a avaliação formal da auditoria interna. As recomendações de melhorias foram discutidas com a responsável pela área.

Acompanhamento das Atividades da Auditoria Independente: A Ernst & Young Auditores Independentes (EY) é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2021, pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme as normas de auditoria, bem como é responsável pelas revisões limitadas das informações trimestrais (ITRs) enviadas à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Comitê de Auditoria manteve reuniões ordinárias e extraordinárias com os Auditores Independentes para discussão sobre o planejamento anual e principais riscos identificados, apresentação dos trabalhos realizados, eventuais preocupações relevantes e relacionamentos com a Administração e questões relacionadas aos controles internos.

A Companhia revisou sua Política de contratação de serviços de auditoria independente. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2021. A contratação de quaisquer outros serviços não previsto na Política é aprovada pelo Comitê de Auditoria. Em 2021 houve a contratação da EY para emissão de asseguarção razoável sobre as informações financeiras consolidadas proforma referente ao projeto de aquisição da Domino's Brasil, no valor equivalente a 27,6% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras.

O Comitê efetuou a avaliação formal dos auditores independentes e concluiu que os mesmos mantiveram sua independência e objetividade ao longo de 2021. O Comitê recomendou ao Conselho de Administração a substituição da empresa de auditoria independente do BKB para o exercício de 2022, objetivando cumprir o rodízio regulatório. A diretoria fez recomendação ao Comitê de Auditoria para que PwC fosse a escolhida como auditores independentes da companhia a partir de 1º janeiro de 2022, sendo esta recomendação apoiada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração.

Acompanhamento das demonstrações financeiras trimestrais e anuais: Trimestralmente, a diretoria executiva apresenta ao Comitê de Auditoria, as demonstrações financeiras do BKB, discorrendo sobre seu desempenho e suas variações. Também trimestralmente, o Comitê se reúne com os auditores independentes, que apresentam suas conclusões sobre as demonstrações financeiras de cada trimestre, fazendo as observações julgadas pertinentes.

Acompanhamento dos negócios da companhia e do ambiente de controles internos: Por meio de reuniões periódicas com os administradores da companhia o Comitê de Auditoria analisa e monitora a efetividade do sistema de controles internos da Companhia e toma como base, fundamentalmente, os resultados dos trabalhos realizados pelos Auditores Internos e Auditores Independentes e as discussões com a área de Controles Internos, de risco e Compliance.

Acompanhamento das comunicações recebidas pelo canal de denúncias: o Canal de Denúncias da Companhia é terceirizado a uma empresa especializada. As denúncias recebidas são encaminhadas à Área de *Compliance*, que as apura. Periodicamente, a área de Compliance apresenta ao Comitê de Auditoria um panorama geral das denúncias reportadas e apuradas. A Auditoria Interna, também, participa do Comitê de Conduta e acompanha as análises realizadas. As eventuais denúncias relativas a fraudes são tempestivamente informadas ao Comitê de Auditoria. O processo de apuração e acompanhamento de denúncias é definido por meio do Manual de Tratativas de Denúncias e um Regimento do Comitê de Conduta. Esses materiais foram revisados e aprovados pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração em sua reunião de 12 de fevereiro de 2020. Em 2021 foi recomendado pelo Coordenador do Comitê de Auditoria,

que é membro do Comitê de Conduta, para que as denúncias recebidas no canal confidencial envolvendo a alta administração (CEO e Vice-Presidentes), o Conselho de Administração e membros do Comitê de Auditoria fossem encaminhadas ao Coordenador do Comitê de Auditoria, sendo as relacionadas com tal Coordenador a serem encaminhadas ao Presidente do Conselho de Administração. Tais denúncias são primariamente recebidas por empresa independente, que faz a triagem inicial e o encaminhamento apropriado para as tratativas previstas. O Comitê de Auditoria possui verba própria para contratações de serviços de investigação.

Conclusão: os membros do Comitê de Auditoria da Companhia, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, com base nas informações e discussões acima referidas e com base no relatório emitido sem ressalvas, em 24 de fevereiro de 2022, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., recomendou ao conselho de administração a aprovação das demonstrações financeiras da BK Brasil Operações e Assessorias a Restaurantes S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

Henrique F. Luz

Coordenador do Comitê de Auditoria

Thiago Temer Santelmo

Jorge Roberto Manoel